



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 022/2026

**DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, inscrita no CNPJ nº 12.507.101/0001-32, situada na Avenida Castelo Branco, s/nº, Bairro Centro, CEP nº 69.630-000 - Benjamin Constant/AM, por meio da **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – CMCP** realizará **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto nº 10.818, de 2021; IN SEGES/ME nº 73/2022; IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, da Lei Municipal nº 485, de 23 de janeiro de 2023, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 018/2023, de 09 de dezembro de 2023, do Decreto Municipal nº 001/2024, de 05 de janeiro de 2024, Lei Municipal nº 1.381, de 11 de março de 2024; Decreto Municipal nº 067 de 13 de março de 2024, Decreto Municipal nº 001 de 2 de janeiro de 2026, demais legislações complementares e Termo de Justificativa para adoção de licitações na forma presencial no âmbito do Município de Benjamin Constant/AM de 04 de abril de 2024.

**Data da sessão pública:** 17/06/2026 às 08h30min (Horário Local).

**Critério de julgamento:** MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

**Preferência ME/EPP/Equiparadas:** SIM

**Local:** Auditório da Prefeitura Municipal, Rua Frei Ludovico, nº 750, Bairro Coimbra, Benjamin Constant/AM.

**Obtenção do edital:** Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, na forma eletrônica via internet, no link de acesso <https://benjaminconstant.am.gov.br> (Portal da Transparência) ou <https://pncp.gov.br/> (Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP).

**Dúvidas e Esclarecimentos no e-mail:** [cmcp.pmbc@gmail.com](mailto:cmcp.pmbc@gmail.com) ou pelo telefone: (097) 98463-6663.

**Na hipótese de não haver expediente na data acima, bem como, for declarado feriado ou ponto facultativo para o recebimento das documentações e propostas, e não havendo retificações de convocação por ofício, comunicados ou publicação por qualquer outro meio, fica a presente licitação, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, independentemente de aviso ou notificação aos interessados, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.**

A Lei nº 14.133/2021 também prevê, no § 2º do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

**A SESSÃO SERÁ PÚBLICA, GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO E ANEXADO NO PROCESSO.  
NÃO SERÁ TOLERADO ATRASO DE PARTICIPANTES APÓS O HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui o objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE FLUVIAL, VISANDO À RESERVA E EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS EM EMBARCAÇÕES DE TRANSPORTE RÁPIDO (MODAL EXPRESSO), DESTINADAS À REMOÇÃO ASSISTIDA DE PACIENTES (ACAMADOS, EM MACAS, COM MOBILIDADE REDUZIDA OU EM ESTADO CRÍTICO) NO ÂMBITO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENJAMIN CONSTANT/AM**, conforme condições, quantidades prazos e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** A presente licitação não será exclusiva para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando-se, contudo, o tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando aplicável, sendo o certame regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, e demais normas aplicáveis.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** O presente certame será processado pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo que as regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e, se houver, aos órgãos não participantes, bem como às condições de adesão, gestão e execução da Ata de Registro de Preços, são as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.

## **3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** Por se tratar de licitação processada pelo Sistema de Registro de Preços, fica dispensada a indicação prévia da dotação orçamentária, nos termos do art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a respectiva previsão orçamentária ser exigida apenas no momento da formalização da contratação ou da emissão do instrumento equivalente.

## **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas interessadas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**I.** Para fins de verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, serão considerados o(s) código(s) CNAE e/ou as atividades descritas no Contrato Social, Estatuto ou ato constitutivo, desde que guardem pertinência com o objeto do certame, não sendo exigida correspondência literal.

**4.2.** Estarão habilitadas a participar desta licitação as empresas que apresentarem a documentação comprobatória relativa à habilitação jurídica, qualificação técnico-operacional, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e conforme exigências previstas neste Edital.

**4.3.** Não poderão concorrer nesta licitação, observadas as vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

**a.** Aquele que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**b.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra ou serviço, ou fornecimento de bens a eles relacionados.

**c.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, nos termos da legislação aplicável.

**d.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando aplicável.

**e.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, em decorrência de sanção aplicada nos termos da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem seus efeitos.

**f.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, vedada, igualmente, a subcontratação de pessoas com tais vínculos, nos termos da legislação vigente.

**g.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando concorrendo entre si, de modo a comprometer a competitividade do certame.

**h.** Empresa que tenha sido declarada inidônea, suspensa ou impedida de licitar e contratar, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto vigentes os efeitos da sanção, nos termos da legislação aplicável.

## **5. DA ORDEM DAS FASES E DA INVERSÃO DE FASES**

**5.1.** Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecida, no presente certame, a inversão da ordem das fases procedimentais, realizando-se primeiramente a análise dos documentos de habilitação e, posteriormente, o julgamento das propostas de preços, conforme motivação técnica e administrativa constante do processo.

**5.2.** A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de transporte fluvial, visando à reserva e emissão de bilhetes de passageiros intermunicipais em embarcações de transporte rápido (modal expresso), destinadas à remoção assistida de pacientes acamados, em macas, com mobilidade reduzida ou em estado crítico, no âmbito do Tratamento Fora do Domicílio – TFD da Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/AM.

**5.3.** A adoção da inversão das fases mostra-se técnica e administrativamente vantajosa em razão da complexidade logística e da relevância pública do objeto, especialmente porque os serviços envolvem atendimento contínuo e emergencial relacionado diretamente à preservação da vida, integridade física e continuidade da assistência à saúde dos pacientes encaminhados pelo sistema municipal de saúde.

**5.4.** A habilitação antecipada justifica-se pela necessidade de verificação prévia da capacidade técnica, operacional, logística e jurídica das licitantes, considerando que o objeto demanda empresas com efetiva capacidade de articulação junto



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



às operadoras fluviais, disponibilidade operacional imediata, estrutura de atendimento contínuo e aptidão para atendimento de demandas urgentes e emergenciais.

**5.5.** A medida busca reduzir riscos à Administração Pública, evitando a análise e classificação de propostas apresentadas por empresas sem condições técnicas, operacionais ou legais de executar adequadamente o objeto contratado, especialmente diante da sensibilidade dos serviços relacionados à remoção assistida de pacientes em estado crítico.

**5.6.** A verificação prévia da habilitação também se justifica pela necessidade de confirmação da regularidade operacional das empresas que atuarão no agenciamento de embarcações fluviais, bem como da capacidade de atendimento às exigências de segurança, logística, emissão prioritária de passagens, suporte ao embarque e desembarque de pacientes e atendimento em regime de plantão permanente.

**5.7.** A inversão das fases contribui para maior eficiência administrativa, racionalização do procedimento licitatório, celeridade processual e segurança jurídica, evitando a prática de atos posteriores relacionados à análise de propostas de licitantes que eventualmente não atendam às condições mínimas de habilitação exigidas no edital.

**5.8.** A adoção da habilitação antecipada não restringe a competitividade do certame, uma vez que não altera critérios de participação, julgamento ou formulação de propostas, limitando-se exclusivamente à modificação da ordem procedimental prevista na legislação.

**5.9.** As exigências habilitatórias previstas neste edital são proporcionais à natureza e à complexidade do objeto, guardando compatibilidade com os riscos operacionais envolvidos na execução dos serviços e observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, planejamento, interesse público e continuidade dos serviços essenciais de saúde pública.

**5.10.** A previsão expressa da inversão das fases decorre de planejamento administrativo prévio, alinhando-se às boas práticas de governança pública e ao dever de motivação dos atos administrativos, reduzindo riscos de falhas operacionais, descontinuidade dos serviços e prejuízos ao interesse público.

**5.11.** Em razão da inversão procedimental ora adotada, a fase de habilitação antecederá o julgamento das propostas, observando-se integralmente o rito previsto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se ampla competitividade, transparência, isonomia e observância ao devido processo administrativo licitatório.

## **6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**6.1.** Declarada aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, no horário e local indicados no Edital, será realizado o credenciamento dos representantes das licitantes, não sendo admitido o ingresso de novos participantes após o encerramento do credenciamento.

**6.2.** Concluído o credenciamento, os representantes das licitantes entregarão os envelopes contendo os documentos de habilitação e os de Propostas de Preços, após a fase de habilitação, serão abertos envelopes contendo as propostas de preços, passando-se à fase de lances, conforme as regras estabelecidas neste Edital.

**6.3.** O Envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser apresentado fechado e lacrado, contendo, em sua parte externa, a identificação da licitante, a modalidade e o número do pregão, o objeto da licitação e a indicação “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, conforme modelo previsto neste Edital:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº XXX/2026**  
**OBJETO:**  
**(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)**

**6.4.** A Proposta de Preços para a deverá ser apresentada em envelope fechado e lacrado, contendo, em sua parte externa, a identificação da licitante, a modalidade e o número do pregão, o objeto da licitação e a indicação “PROPOSTA DE PREÇOS”, conforme modelo definido neste Edital:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2026**  
**OBJETO:**  
**(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)**

## **7. DO CREDENCIAMENTO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**7.1.** No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o representante da licitante deverá apresentar-se para credenciamento, antes da entrega dos envelopes, munido de documento que o credencie a participar do certame, respondendo por sua representada.

**7.2.** Cada licitante poderá credenciar apenas 01 (um) representante, o qual será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, a formular lances e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, em nome da representada.

**7.3.** O credenciamento do representante legal do licitante ocorrerá no início da sessão pública do Pregão Presencial, mediante a apresentação, fora dos envelopes de Documentos de Habilitação e de Proposta de Preços, dos seguintes documentos:

**I.** Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo correspondente, ou instrumento de procuração, dispensado o reconhecimento de firma, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 13.726/2018, exceto quando houver dúvida fundada quanto à autenticidade.

**II.** Documento oficial de identificação com foto do representante credenciado.

**III.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, a fim de comprovar os poderes de representação da empresa.

**IV.** No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado que possua poderes de administração, a comprovação deverá ser feita por meio do ato constitutivo da empresa, dispensada a apresentação de procuração.

**V.** Quando o representante não possuir poderes de administração constantes do ato constitutivo, a representação deverá ocorrer por meio de procuração ou termo de credenciamento, conforme disposto no inciso I;

**VI.** As declarações exigidas neste Edital deverão ser apresentadas no momento do credenciamento ou conforme disposição específica constante do instrumento convocatório.

**7.4.** A Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo constante em anexo, será exigida apenas das licitantes que pretendam usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, declarando, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais e que não se enquadram nas vedações do § 4º do art. 3º da referida Lei.

**7.5.** A prestação de declaração falsa, com o objetivo de obter os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará a licitante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

**7.6.** Os documentos apresentados em forma de cópias deverão estar legíveis, sob pena de indeferimento do credenciamento, podendo a Administração solicitar a apresentação do original para conferência, se necessário.

**7.7.** Somente participarão da fase de lances verbais as licitantes devidamente credenciadas, nos termos deste Edital.

**7.8.** A ausência ou irregularidade no credenciamento não acarretará a inabilitação da licitante, porém impedirá a formulação de lances, a manifestação imediata da intenção de recorrer e a prática de quaisquer atos que dependam da atuação de representante legal durante a sessão pública, permanecendo válida a proposta apresentada.

**7.9.** Não será admitida a apresentação ou complementação de documentos de credenciamento após o encerramento desta fase, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o disposto na Lei nº 14.133/2021.

## **8. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

**8.1.** Iniciada a sessão pública e encerrado o credenciamento dos representantes das licitantes, não será admitida a participação de novos licitantes no certame, observadas as disposições deste Edital.

**8.2.** Encerrado o credenciamento, O Pregoeiro procederá, inicialmente, à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação dos licitantes, independentemente de estarem ou não credenciados, realizando-se a análise dessa documentação na forma prevista neste Edital, somente após a conclusão da fase de habilitação dos licitantes aptos é que será promovida a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, seguida da etapa de lances.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar a documentação exigida neste Edital, podendo ser em cópias legíveis, sendo que a falta de legibilidade, que impeça a verificação do conteúdo, acarretará a inabilitação da licitante.

**9.2.** As empresas apresentarão as documentações de Habilitação, conforme condições a seguir, os quais deverão ser recebidos e analisados pelo pregoeiro e equipe de apoio.

**9.3.** Os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser apresentados devidamente lacrados, de modo a resguardar a inviolabilidade do seu conteúdo até a abertura. Eventuais falhas formais relacionadas ao lacre ou à rubrica poderão ser saneadas, desde que não haja comprometimento da lisura, da isonomia ou da segurança do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**9.4.** Não serão aceitos documentos de habilitação apresentados fora da data e do horário estabelecidos neste Edital.

**I.** A documentação de habilitação que estiver incompleta, incorreta ou em desacordo com as disposições deste Edital e de seus Anexos implicará a inabilitação da licitante.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**II.** Os documentos originais eventualmente apresentados não serão devolvidos, por integrarem o processo administrativo do certame.

**9.5.** Caso o licitante não comprove, no prazo fixado pelo Pregoeiro, a autenticidade ou veracidade das informações constantes da documentação apresentada, será declarado inabilitado, por descumprimento das exigências editalícias.

**9.6.** Para a habilitação, será exigida exclusivamente a documentação relacionada nos itens seguintes.

## **10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.1.** Para comprovação da habilitação jurídica, os licitantes deverão apresentar:

**I.** Registro comercial, no caso de empresa individual, com as respectivas alterações ou a última consolidação, se houver.

**II.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, com suas alterações ou consolidação, bem como documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável.

**III.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

**IV.** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando a atividade assim o exigir.

## **11. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**11.1.** Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, serão exigidos:

**I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, compatível com o objeto da licitação.

**II.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com objeto contratual (caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade);

**III.** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em validade.

**IV.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos, em validade.

**V.** Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais, em validade.

**VI.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, conforme dispõe o artigo 27, alínea "a", da Lei n. 8.036, de 11/05/90, e as alterações trazidas pela Lei n. 9.467, de 10/07/97, em validade.

**VII.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, em validade.

**VIII.** Caso a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da(s) Microempresa (s) e/ou Empresa(s) de Pequeno Porte apresentar alguma restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito ou para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**IX.** O benefício previsto no item anterior somente será concedido se a licitante apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha alguma restrição.

**X.** O prazo de regularização poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração, desde que solicitado tempestivamente.

## **12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**12.1.** Para comprovação da qualificação econômico-financeira, será exigido:

**I.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, em validade.

**II.** No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, comprovação de homologação do plano, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

**III.** Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais já encerrados, apresentados na forma da legislação vigente, devendo:

**a)** estar registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da licitante, ou apresentado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando obrigatório;

**b)** estar assinado por profissional legalmente habilitado na forma da legislação contábil;

**c)** Estar acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário.

**IV.** As empresas constituídas há menos de 2 (dois) exercícios sociais deverão apresentar as demonstrações contábeis relativas ao(s) exercício(s) já encerrado(s).



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



V. Na hipótese de a empresa ter sido constituída no próprio exercício da licitação, deverá apresentar o balanço de abertura ou documento contábil equivalente, na forma da legislação vigente.

VI. Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (Sociedade Anônima – S.A.):

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

12.2. A boa situação financeira será comprovada por meio dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), sendo exigido resultado igual ou superior a 1,0 (um).

I - Liquidez Geral (LG):

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG):

SG = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC):

LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

a) Caso algum índice seja inferior a 1,0, será admitida a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b) A exigência dos índices financeiros visa comprovar a capacidade da licitante de assumir as obrigações decorrentes da contratação, sendo considerada razoável, proporcional e compatível com o objeto, nos termos da legislação vigente.

12.3. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Balanço Patrimonial Simplificado, elaborado conforme a ITG 1000.

12.4. Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil- financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### 13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.1. Para fins de habilitação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar:

I. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, admitida a soma de atestados, relacionados a:

- agenciamento, reserva, emissão ou intermediação de passagens fluviais intermunicipais; e/ou
- serviços de transporte fluvial de passageiros; e/ou
- logística de deslocamento de pacientes, usuários do TFD ou pessoas com mobilidade reduzida; e/ou
- serviços de atendimento operacional contínuo e gerenciamento de reservas em transporte fluvial.

13.2. Os atestados deverão demonstrar compatibilidade com o objeto licitado em características, natureza operacional e complexidade logística, especialmente quanto à gestão de reservas, emissão de bilhetes e atendimento emergencial.

13.3. Os atestados deverão conter obrigatoriamente:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente, com CNPJ e endereço;
- b) identificação do responsável pela emissão do atestado;
- c) descrição clara e detalhada dos serviços executados;
- d) período de execução contratual;
- e) declaração expressa de execução satisfatória;
- f) dados suficientes para eventual diligência da Administração.

13.4. A Administração reserva-se o direito de realizar diligências destinadas a verificar a veracidade e a autenticidade das informações constantes dos atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados, podendo, para tanto, solicitar ou consultar documentos comprobatórios, tais como notas fiscais, empenhos, contratos firmados ou publicações oficiais relacionadas ao objeto, bem como efetuar contato direto com a pessoa jurídica emitente do respectivo atestado ou declaração, a critério do(a) Pregoeiro(a), vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Não serão aceitos:

- a) atestados emitidos pela própria licitante;
- b) atestados referentes exclusivamente a testes, demonstrações ou utilizações não comerciais;
- c) atestados ilegíveis, rasurados ou sem identificação clara do emitente.

13.6. A ausência de atestado idôneo poderá implicar na inabilitação da licitante, mediante decisão motivada.

13.7. Quando emitido por pessoa jurídica de direito público, o atestado deverá estar assinado por autoridade competente,



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



gestor, fiscal ou responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

**13.8.** A ausência de comprovação técnica idônea e compatível com o objeto poderá ensejar a inabilitação da licitante, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

**13.9.** Declaração formal da licitante de que possui capacidade operacional e canais de atendimento aptos a realizar reservas, emissões, remarcações e cancelamentos de passagens fluviais em regime contínuo, inclusive para atendimentos emergenciais e fora do horário comercial.

**13.10.** Declaração de que dispõe de suporte operacional junto às operadoras fluviais que atuam nas linhas regulares da calha do Alto Solimões, especialmente nos trechos relacionados ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/AM.

**13.11.** Declaração de compromisso de que os bilhetes emitidos serão destinados exclusivamente a embarcações regularmente autorizadas pelos órgãos competentes, especialmente Capitania dos Portos e ANTAQ, observadas as normas de segurança da navegação.

**13.12.** Declaração de que garantirá suporte operacional para embarque e desembarque de pacientes acamados, em macas, com mobilidade reduzida ou em estado crítico, observando as normas aplicáveis de segurança, acessibilidade e integridade física dos pacientes.

**13.13.** Quando aplicável à atividade exercida pela licitante, poderá ser exigida comprovação de inscrição regular no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, ou cadastro oficial equivalente relacionado à atividade de agenciamento de viagens ou transporte.

**13.14. Qualificação Técnica Operacional da Embarcação (quando aplicável)**

**13.14.1.** Na hipótese de a licitante ser proprietária da embarcação utilizada na execução do transporte fluvial, deverão ser apresentados, cumulativamente:

- a) comprovante de registro da embarcação junto à Capitania dos Portos ou órgão competente da Marinha do Brasil;
- b) certificado(s) válido(s) de vistoria, segurança e navegabilidade da embarcação;
- c) documento contendo as especificações técnicas da embarcação, incluindo tipo, capacidade de passageiros e condições operacionais;
- d) comprovação de habilitação regular da tripulação, compatível com as funções exercidas;
- e) comprovação de contratação dos seguros obrigatórios vigentes, inclusive DPBM ou equivalente legalmente exigido;
- f) declaração formal comprometendo-se a manter, durante toda a execução contratual, a regularidade da embarcação, da tripulação e dos seguros obrigatórios.

**13.14.2.** Caso a licitante seja proprietária da embarcação executora do transporte, deverá apresentar: registro da embarcação na autoridade marítima

- certificados válidos de vistoria e segurança
- especificações técnicas
- habilitação da tripulação
- seguros obrigatórios vigentes
- declaração de manutenção das condições

**13.14.3.** Caso a licitante atue exclusivamente como agenciadora ou intermediadora de passagens fluviais, sem operar embarcação própria, não serão exigidos os documentos previstos no item anterior, permanecendo, contudo, a obrigação de assegurar que o transporte seja realizado por embarcações regularmente autorizadas e em conformidade com as normas da Autoridade Marítima.

**14. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**I.** Será exigida a apresentação das declarações previstas no Anexo VII, dentre elas:

- a) Declaração de integralidade dos custos trabalhistas;
- b) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.
- c) Declaração de regularidade junto ao Ministério do Trabalho e órgãos competentes;
- d) Declaração de cumprimento das cotas legais;
- e) Declaração de não enquadramento em sanções impeditivas;
- f) Declaração de inexistência de vínculo ou conflito de interesses;

**II.** Declaração de compromisso de instalação de escritório ou ponto de atendimento em Benjamin Constant/AM em até 60 dias após assinatura contratual, conforme anexo XI.

**15. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO**

**15.1.** A documentação deverá ser apresentada de forma clara e legível.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**15.2.** Caso a execução do objeto se dê por filial ou matriz específica, a habilitação será analisada em relação ao estabelecimento indicado.

**15.3.** A Comissão vai considerar o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos para as certidões que não apresentarem, explicitamente, o período de validade, exceto as certidões ou documentos expedidos pelas respectivas Juntas Comerciais.

**15.4.** Será inabilitada a licitante que:

- a) Estiver com a documentação de habilitação incompleta, incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;
- b) Apresentar documentos com rasuras insanáveis;
- c) Tiver sido multada por inadimplência e não tiver comprovado o pagamento da multa;

## **16. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**16.1.** O licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços, em uma única via, em envelope fechado e lacrado, a qual será recebida, analisada e rubricada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes, quando assim entenderem, observadas as disposições deste Edital.

**16.2.** Não serão aceitas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio propostas ou documentos referentes à Proposta de Preços encaminhados por correio, meio eletrônico, fac-símile ou apresentados fora da data e do horário estabelecidos neste Edital.

**16.3.** Na apresentação da Proposta de Preços deverão ser observadas as seguintes regras:

**I.** A proposta deverá ser redigida de forma clara e objetiva, preferencialmente em papel timbrado da empresa, sem alternativas de preços, emendas, rasuras ou entrelinhas.

**II.** A proposta deverá estar assinada pelo representante legal da licitante, dispensado o reconhecimento de firma, nos termos da Lei Federal nº 13.726/2018.

**III.** A proposta deverá estar em conformidade com o modelo constante do Anexo correspondente, contendo todas as informações nele exigidas, sob pena de desclassificação, ressalvada a possibilidade de saneamento de falhas formais, a critério do Pregoeiro, desde que não haja alteração do conteúdo ou do valor da proposta, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**IV.** Deverão constar da proposta os valores unitários e totais dos itens licitados, bem como o valor global da proposta, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o valor unitário em caso de divergência, devendo estar incluídos todos os tributos, encargos, custos e despesas diretas e indiretas incidentes sobre o objeto.

**V.** Todos os tributos, custos e despesas, ainda que omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços propostos, sendo vedada qualquer alegação posterior para fins de reajuste ou modificação da proposta.

**VI.** A proposta deverá ser elaborada em estrita conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, não sendo aceita oferta em desacordo, sob pena de desclassificação.

**VII.** Não serão consideradas, para fins de julgamento, quaisquer vantagens ou condições não previstas neste Edital e em seus Anexos.

**VIII.** A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**IX.** Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos, ressalvado o licitante vencedor que tenha ofertado prazo de validade superior.

**X.** Na hipótese de a proposta não indicar expressamente o prazo de validade, este será considerado automaticamente como de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

**XI.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, pela licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

**XII.** Após a abertura das propostas, não será admitida a desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro, sendo os preços ofertados de exclusiva responsabilidade da licitante.

**XIII.** A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

**16.4.** Além das hipóteses previstas neste Edital, serão desclassificadas as propostas que:

**I.** Não atendam às exigências do Edital e de seus Anexos, ou que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de comprometer o julgamento.

**II.** Apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, considerados os custos e encargos incidentes.

**III.** Apresentem preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

**IV.** Após a fase de negociação, não consigam adequar seus preços ao valor estimado pela Administração, quando este houver sido previamente divulgado no processo.

**V.** Havendo dúvida quanto à exequibilidade da proposta, em razão de preços significativamente inferiores aos estimados





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



pela Administração, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante, antes de eventual desclassificação, a apresentação de documentação comprobatória da viabilidade da proposta, incluindo planilha de composição de custos, no prazo que fixar, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

## **17. MODO DE DISPUTA**

**17.1.** O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, exclusivamente decrescentes, incidentes sobre os preços inicialmente propostos, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

## **18. DA FASE DE LANCES**

**18.1.** Participarão da fase de lances as licitantes cujas propostas tenham sido classificadas como aceitáveis, observado o critério de julgamento definido neste Edital, sendo admitidas para a etapa competitiva aquelas que apresentarem propostas situadas em até 10% (dez por cento) inferiores ao maior percentual de desconto apresentado, por item, para início da disputa.

**18.2.** Não havendo, no mínimo, três propostas enquadradas no intervalo previsto no subitem anterior, serão classificadas as propostas subsequentes, até o máximo de três, independentemente do percentual, visando ampliar a competitividade.

**18.3.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances verbais, sucessivos, distintos e crescentes, incidentes sobre o percentual de desconto, iniciando-se pela licitante que apresentou o menor percentual de desconto, seguindo-se as demais em ordem crescente, conforme orientação do Pregoeiro.

**I.** Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas escritas, o Pregoeiro aplicará, de forma sequencial, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em sessão pública, mediante método imparcial, auditável e compreensível, do qual participarão exclusivamente as licitantes empatadas, com a finalidade única de definir a ordem de apresentação dos lances.

**II.** Não serão admitidos lances de mesmo percentual, prevalecendo o primeiro registrado.

**III.** O intervalo mínimo entre lances poderá ser definido pelo Pregoeiro, desde que informado previamente, aplicando-se aos lances intermediários e ao lance final.

**IV.** Os valores ofertados não poderão ser superiores aos preços máximos estimados pela Administração, constantes do processo administrativo, nem superiores ao último menor lance apresentado, sob pena de desclassificação.

**V.** Os lances ofertados e registrados em ata são irrevogáveis, sendo de inteira responsabilidade da licitante, vedada qualquer alegação posterior de erro, omissão ou equívoco.

**VI.** Os percentuais ofertados deverão respeitar os limites máximos admitidos pela Administração e não poderão ser inferiores ao último lance ofertado pela própria licitante, sob pena de desclassificação.

**VII.** Os lances são irrevogáveis, sendo de inteira responsabilidade da licitante.

**VIII.** A desistência em ofertar lance quando convocada implicará exclusão da etapa competitiva, permanecendo válido o último percentual apresentado.

**18.4.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro ordenará as propostas pela ordem decrescente do percentual de desconto e analisará a aceitabilidade da proposta mais bem classificada quanto:

- à compatibilidade com o valor estimado;
- à exequibilidade;
- à conformidade com as especificações do edital.

**I.** A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar proposta ajustada ao lance final, no prazo fixado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

**18.5.** Quando houver apenas uma proposta válida ou ausência de lances, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para obtenção de percentual mais vantajoso para a Administração.

**18.6.** Se houver apenas uma proposta e o percentual ofertado não for vantajoso em relação ao parâmetro estimado, o Pregoeiro deverá tentar negociação antes de eventual desclassificação.

**18.7.** A regra de sorteio prevista no inciso I do item 18.3, aplica-se também quando houver empate e as licitantes optarem por não ofertar lances.

**18.8.** Serão desclassificadas propostas que:

- não atendam ao edital;
- apresentem percentual inexecutável;
- sejam incompatíveis com o valor estimado;
- contenham vícios insanáveis.

**I.** Havendo indícios de inexecutabilidade, o Pregoeiro poderá promover diligência, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, para que a licitante comprove a viabilidade da proposta.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**II.** Considerar-se-á inexequível o percentual que não demonstre capacidade real de execução do objeto.

**III.** Qualquer interessado poderá solicitar a realização de diligências, desde que apresente elementos mínimos que justifiquem a medida, cabendo ao Pregoeiro avaliar a pertinência do pedido.

**18.9.** Será declarada vencedora a proposta que apresentar, ao final da etapa competitiva, o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, considerado o atendimento integral das exigências editalícias e a exequibilidade da oferta.

**19. DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**19.1.** Será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI, sociedades cooperativas equiparadas, agricultor familiar e produtor rural pessoa física, nos limites e condições previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente em seus arts. 42 a 49, bem como no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja prejuízo à competitividade do certame.

**19.2.** Poderá ser aplicado o benefício de prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e MEI sediadas local ou regionalmente, desde que previsto neste Edital, devidamente motivado no processo administrativo e demonstrada a vantajosidade para a Administração, observado o limite máximo de até 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

**19.3.** A microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI sediada local ou regionalmente, melhor classificada dentro do limite previsto, será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo e na forma definidos pelo Pregoeiro, sendo-lhe adjudicado o objeto caso aceite reduzir o preço.

**19.4.** Na hipótese de não exercício do direito previsto no subitem anterior, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou MEI que se enquadrem nas condições estabelecidas neste Edital, para o exercício do mesmo direito.

**19.5.** Havendo equivalência dos valores apresentados por duas ou mais microempresas, empresas de pequeno porte ou MEI sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio em sessão pública, exclusivamente para definição da ordem de convocação, nos termos da legislação aplicável.

**19.6.** Considerando a adoção da inversão da ordem das fases prevista neste edital, a verificação da documentação de habilitação ocorrerá previamente à etapa competitiva, de modo que apenas os licitantes habilitados participarão da fase de apresentação de propostas, lances e aplicação dos benefícios previstos neste item.

**20. DA COTA RESERVADA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**20.1.** Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, e visando promover o desenvolvimento econômico local e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, fica estabelecida cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação exclusiva de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

**20.2.** Para o presente certame, a Administração definiu a reserva de 20% (vinte por cento) do quantitativo de cada item, conforme discriminado na planilha de itens, permanecendo os 80% (oitenta por cento) restantes destinados à ampla competitividade.

**20.3.** Os itens identificados como “COTA RESERVA” destinam-se exclusivamente à participação de ME e EPP, enquanto os itens classificados como “AMPLA COMPETITIVIDADE” poderão ser disputados por quaisquer empresas que atendam às condições do edital.

**20.4.** Caso não haja, no item reservado:

**21. DA RETIRADA DA SESSÃO**

**21.1.** Qualquer licitante, por meio de seu representante legal presente na sessão, poderá solicitar a retirada voluntária do certame. Para tanto, deverá preencher e entregar ao(a) Pregoeiro(a) a Declaração de Retirada (conforme modelo constante no ANEXO VIII deste edital). A retirada formalizada desta forma será registrada na ata da sessão, sem prejuízo da participação do licitante em outros certames.

**21.2.** Caso o representante não queira ou não possa assinar a declaração, o(a) Pregoeiro(a) poderá registrá-la, juntamente com a assinatura de até três testemunhas presentes na sessão, preferencialmente outros licitantes.

**21.3.** O licitante que se retirar da sessão sem a prévia formalização perante o(a) Pregoeiro(a), mediante a Declaração de Retirada (ANEXO VIII), poderá ter sua participação registrada como desistência, ficando a critério do(a) Pregoeiro(a) a análise das consequências no certame, observando-se a legislação vigente e os princípios da legalidade e da competitividade.

**22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME**

**22.1.** Ocorrendo suspensão da sessão, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando os envelopes em poder da Equipe de Apoio e do Pregoeiro, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão de Licitação e



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



pelos licitantes presentes, até a resolução do ocorrido. Serão, posteriormente, oficiadas as empresas quanto à nova data para prosseguimento do certame.

**22.2.** Após o encerramento da sessão, todos os envelopes contendo propostas e documentos de habilitação permanecerão sob a guarda do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, para instrução do processo administrativo licitatório.

**22.3.** Na hipótese de inabilitação da licitante inicialmente classificada como primeira colocada, o Pregoeiro poderá retomar a fase de lances a partir da segunda colocada, respeitando os valores já ofertados entre a primeira e segunda licitante, observando as regras de lances verbais estabelecidas no ITEM 10.

**22.4.** Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis e completos. Documentos ilegíveis ou incompletos não serão aceitos e poderão implicar:

- Descadastramento ou impedimento de participação, caso apresentados na fase de credenciamento;
- Desclassificação da proposta, caso apresentados na fase de análise de propostas;
- Inabilitação do licitante, caso apresentados na fase de habilitação.

**22.5.** Recomenda-se que os licitantes verifiquem cuidadosamente todos os documentos antes da entrega, para evitar que sejam desconsiderados.

### **23. DAS ATRIBUIÇÕES DO (A) PREGOEIRO (A)**

**23.1.** Visando dar maior competitividade e transparência ao certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu juízo discricionário:

**I.** Conceder tolerância para o recebimento do credenciamento, das declarações e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, não superior a 15 (quinze) minutos a partir do horário marcado para início da sessão. Licitantes retardatárias ficarão limitadas à participação como ouvintes;

**a)** A tolerância acima não impede o início do credenciamento junto às licitantes presentes;

**b)** A tolerância será considerada encerrada ao término do credenciamento de todos os licitantes presentes ou com o decurso do prazo de 15 (quinze) minutos, o que ocorrer primeiro.

**II.** Convalidar ou sanar incorreções nos envelopes de identificação das propostas ou habilitação, desde que tais incorreções não causem dúvida, não prejudiquem o andamento do certame, não alterem valores ou a descrição da proposta, nem importem na juntada de documentos novos;

**III.** Desconsiderar itens com erro substancial na descrição, que dificultem a formulação de propostas ou que não tenham mais necessidade de licitação, mantendo o certame para os demais itens;

**IV.** Corrigir automaticamente erros de soma e/ou multiplicação nas propostas de preços, desde que não prejudiquem a continuidade do certame;

**V.** Fixar o tempo máximo para os lances verbais e comunicar às licitantes quando iniciar a última rodada de lances, podendo antecipá-la em relação ao tempo máximo estipulado inicialmente.

**VI.** Poderá conduzir a etapa de lances verbais, sugerindo ou estimulando reduções de valores, visando otimizar a sessão, respeitando sempre a liberdade de oferta dos licitantes e os princípios da legalidade, isonomia e competitividade;

**VII.** Monitorar, durante a etapa de lances verbais, os preços ofertados, determinando diligências que julgar cabíveis sobre propostas suspeitas de inexequibilidade antes de decidir sobre eventual desclassificação;

**VIII.** Negociar diretamente com a licitante classificada em primeiro lugar, buscando obter o melhor preço para a Administração;

**IX.** Prosseguir, sempre que julgar necessário, a fase de lances verbais para a definição do segundo colocado, utilizando-se dos mesmos critérios aplicados para a definição do primeiro colocado;

**X.** suspender a sessão pública a qualquer tempo, sempre que necessário, para consulta aos setores técnicos e/ou jurídicos acerca da regularidade da documentação apresentada;

**XI.** Comunicar aos licitantes a nova data e o horário para prosseguimento da sessão, preferencialmente na própria sessão ou, quando isso não for possível, por meio oficial, com antecedência razoável, de modo a assegurar a ampla ciência, a isonomia e a transparência do certame.

**XII.** Suspender a sessão pública, quando julgar necessário, para análise mais detalhada das propostas de preços e/ou dos documentos de habilitação, nos mesmos termos do inciso X;

**XIII.** Encaminhar cópias dos documentos, acompanhadas de relatório específico, à Secretaria Municipal competente, visando à apuração de fatos e à adoção das medidas cabíveis.

### **24. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS**

**24.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo o pedido ser protocolado até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, na forma do art. 164 da referida Lei.

**24.2.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser apresentados por meio eletrônico, através do e-mail



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



[cmcp.pmbc@gmail.com](mailto:cmcp.pmbc@gmail.com), ou presencialmente, no Departamento de Licitação, no horário das 08h às 12h (horário local), não sendo aceitos pedidos apresentados por outros meios.

**I.** É responsabilidade do interessado acompanhar a confirmação do recebimento do pedido encaminhado por correio eletrônico junto ao(a) Pregoeiro(a)

**II.** As manifestações recebidas após o horário limite das 12h serão consideradas como protocoladas a partir das 08h do próximo dia útil, para fins de contagem de prazo.

**24.3.** O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e objetiva, no mínimo, as seguintes informações:

- a) número do pregão;
- b) nome ou razão social do impugnante;
- c) fundamentos e razões da impugnação;
- d) identificação e assinatura do signatário;
- e) dados de contato do impugnante.

**24.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, nos termos da legislação vigente.

**I.** Quando a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento depender de parecer técnico, jurídico ou especializado, o prazo poderá ser prorrogado de forma motivada, com a devida publicidade.

**24.5.** Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação original, bem como a reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando a alteração não afetar substancialmente a formulação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

**24.6.** Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório ficará sujeito à responsabilização penal, nos termos do art. 337-I do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo da apuração administrativa cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação vigente.

## **25. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**25.1.** Dos atos praticados neste certame cabem:

**I.** Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

**II.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**25.2.** Quanto aos recursos interpostos com fundamento nas alíneas “b” e “c” do inciso I do item 23.1, observar-se-á o seguinte:

**I.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediata e motivadamente, ao final da sessão pública, quando da abertura do prazo recursal, sob pena de preclusão.

**II.** O prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á na data da intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento das propostas.

**III.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**IV.** O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver praticado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, devidamente motivado, à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**V.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**VI.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início ao término do prazo de apresentação das razões recursais, mediante registro em ata, publicação em diário oficial ou comunicação por e-mail.

**VII.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**25.3.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer acarretará a decadência do direito de recurso, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**25.4.** O(a) Pregoeiro(a) indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou apresentados por quem não detenha legitimidade, negando-lhes processamento, devendo a decisão, devidamente fundamentada, ser consignada em ata.

**25.5.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou à decisão recorrida, até o pronunciamento final da autoridade competente.

**25.6.** A alegação de preço inexequível em relação à proposta de outra licitante deverá ser devidamente comprovada, sob





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



pena de não conhecimento do recurso.

**25.7.** Os recursos e as contrarrazões deverão ser protocolados exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail [cmcp.pmbc@gmail.com](mailto:cmcp.pmbc@gmail.com) ou presencialmente no Departamento de Licitação, não sendo aceitos por outros meios.

**25.8.** Na elaboração das decisões, a autoridade competente poderá ser auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, responsável por dirimir dúvidas e subsidiar tecnicamente o julgamento.

**25.9.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados, preservando-se aqueles válidos e regulares.

**25.10.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **26. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**26.1.** Homologado e Adjudicado o processo licitatório pela autoridade competente, o Município de Benjamin Constant, convocará a licitante vencedora para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito ao Registro sem prejuízo das sanções previstas no presente edital e na legislação vigente.

**I.** A convocação será realizada por meio eletrônico, utilizando-se o endereço de e-mail informado na proposta de preços.

**II.** Caso a licitante convocada não compareça no prazo estipulado, não apresente situação regular no ato da assinatura ou recuse-se, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, dando-se a devida publicidade aos atos praticados.

**26.2.** Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada compromete-se a atender, durante o prazo de sua vigência, às demandas que vierem a ser formalizadas pela Administração, nas condições, quantidades e prazos estabelecidos.

**26.3.** A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica obrigatoriedade de contratação, total ou parcial, dos itens registrados, tendo em vista que o Sistema de Registro de Preços destina-se a assegurar contratações futuras, conforme a necessidade da Administração, durante o prazo de sua vigência.

**26.4.** A Ata de Registro de Preços reger-se-á por suas cláusulas e condições, pelas disposições constantes deste edital, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 067/2024, bem como pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis, ainda que não expressamente mencionadas.

**26.5.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantagem econômica para a Administração, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**26.6.** Durante toda a vigência da Ata, a empresa registrada deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das medidas cabíveis.

**26.7.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou Nota de Empenho, emitidas pela respectiva Secretaria requisitante.

**26.8.** O órgão gerenciador providenciará a publicação da Ata de Registro de Preços e, quando houver, do ato que promover o cancelamento ou a exclusão de fornecedor registrado, na forma da legislação vigente.

**26.9.** Na hipótese de a empresa registrada recusar-se a fornecer o objeto, deixar de cumprir as condições da Ata ou ocorrer causa legal de cancelamento da ARP, os demais licitantes registrados poderão ser convocados, observada a ordem de classificação, para assumir o fornecimento nas mesmas condições do primeiro classificado, sujeitando-se os desistentes às penalidades previstas neste edital, com a devida publicidade dos atos.

**26.10.** Não havendo aceitação pelos licitantes convocados nos termos do item 24.8, o órgão gerenciador, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

**I.** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de condição mais vantajosa, ainda que superior ao preço originalmente adjudicado;

**II.** adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação.

**26.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legais cabíveis, inclusive à perda da garantia da proposta, quando exigida.

**26.12.** As disposições do item 24.8 não se aplicam aos licitantes remanescentes convocados exclusivamente para fins de negociação, nos termos do inciso I do item 24.9.

**26.13.** Será facultada à Administração a convocação dos licitantes remanescentes para a contratação de objeto remanescente decorrente de rescisão contratual, observadas as mesmas condições e critérios previstos nos itens 24.8 e 24.11.

**26.14.** Decorrido o prazo de validade da proposta sem que haja convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



ou para a formalização da contratação, os licitantes ficarão automaticamente liberados dos compromissos assumidos, nos termos da legislação vigente.

## **27. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**27.1.** Além das obrigações previstas no Termo de Referência, neste Edital, no instrumento contratual e das decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I.** Executar os serviços contratados com fiel observância das condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, contrato e proposta apresentada;
- II.** Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas exigidas, observando padrões de qualidade, desempenho, segurança e, quando aplicável, normas sanitárias e regulatórias expedidas por órgãos competentes, inclusive a ANVISA ou entidade equivalente;
- III.** Indicar formalmente preposto para representá-la perante a Administração durante toda a execução contratual;
- IV.** Comunicar formalmente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer prazos, qualidade ou regularidade da execução, apresentando justificativa técnica;
- V.** Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às determinações técnicas;
- VI.** Manter sigilo absoluto sobre dados, documentos, originais, arquivos e materiais a que tiver acesso em razão do contrato;
- VII.** Executar os serviços dentro dos prazos estabelecidos, observando cronogramas, prioridades e níveis de qualidade exigidos;
- VIII.** Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de erro, falha, negligência, imprudência ou imperícia na execução;
- IX.** Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- X.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto sem autorização prévia e formal da Administração;
- XI.** Arcar com todos os custos e encargos necessários à execução dos serviços, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, transporte, materiais e demais despesas operacionais;
- XII.** Manter atualizados seus dados cadastrais e canais de comunicação, indicando responsável técnico e administrativo para interlocução;
- XIII.** Assegurar que seus empregados e prepostos observem as normas internas da Contratante;
- XIV.** Cumprir as regras de segurança, controle e acesso às dependências administrativas quando a execução ocorrer nas instalações da Contratante;
- XV.** Substituir imediatamente empregados ou prepostos cuja conduta, desempenho técnico ou comportamento comprometa a execução contratual, quando solicitado pela fiscalização e devidamente justificado;
- XVI.** Corrigir, refazer ou ajustar, às suas expensas, serviços executados com falhas, defeitos ou em desacordo com as especificações;
- XVII.** Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer ocorrências envolvendo seus empregados;
- XVIII.** Garantir que os serviços prestados apresentem qualidade técnica, fidelidade de reprodução, precisão de acabamento e plena adequação à finalidade pretendida, livres de vícios ou inconformidades;
- XIX.** Permitir acesso irrestrito da fiscalização contratual e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos, registros e informações relacionados à execução do contrato;
- XX.** Responder integralmente pela guarda, integridade e restituição de todo material fornecido pela Administração para execução dos serviços.

## **28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**28.1.** Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável:

- I.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratual de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Edital e do contrato;
- II.** Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, nos termos de sua proposta, do Termo de Referência e do instrumento contratual;
- III.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando ocorrências e adotando providências para o fiel cumprimento do ajuste;
- IV.** Notificar formalmente a CONTRATADA sobre falhas, vícios, defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para saneamento;
- V.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições e prazos estabelecidos.
- VI.** Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações, exigindo sua correção ou



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



refazimento.

## **29. DA FISCALIZAÇÃO**

**29.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por agente(s) público(s) designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 067/2024.

**29.2.** Compete à fiscalização verificar a qualidade, conformidade técnica e regularidade da execução dos serviços, devendo determinar a correção de falhas e propor, quando cabível, a aplicação de sanções.

**29.3.** O fiscal e/ou gestor do contrato registrará formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e adotará as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas, inclusive quanto à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA quando exigido.

**29.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo de rescisão contratual.

**29.5.** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

**29.6.** O objeto será recebido provisoriamente e definitivamente, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observados os critérios técnicos definidos no Termo de Referência e na regulamentação municipal aplicável.

## **30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**30.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Dar causa à inexecução total;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida;
- V.** Não manter a proposta injustificadamente;
- VI.** não celebrar contrato quando convocado;
- VII.** retardar injustificadamente a execução dos serviços;
- VIII.** apresentar declaração ou documentação falsa;
- IX.** fraudar licitação ou execução contratual;
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar a licitação;
- XII.** Praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

**30.2.** Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- I.** Advertência;
  - II.** Multa;
  - III.** Impedimento de licitar e contratar;
  - IV.** Declaração de inidoneidade.
- 30.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II.** As peculiaridades do caso concreto;
  - III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**30.4.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 28.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**30.5.** A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do item, da Ata de Registro de Preços ou do contrato, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 28.1.

**30.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 28.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**30.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 28.1, bem como pelas infrações previstas nos incisos II a VII do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**I.** A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

**30.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**30.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente.

**30.10.** A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**30.11.** Independentemente das sanções administrativas, o contratado estará sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos à Administração.

**30.12.** Será instaurado processo administrativo para apuração das infrações, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

### **31. DO PAGAMENTO**

**31.1.** O pagamento decorrente da contratação será efetuado de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Finanças do Município, conforme os valores propostos pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo do objeto contratado e da apresentação da documentação exigida.

**31.2.** No valor a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas inerentes à execução do objeto contratado, tais como: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, insumos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

**31.3.** Para fins de pagamento, a Contratada deverá protocolar junto ao setor competente da Prefeitura Municipal os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal e/ou Fatura correspondente aos serviços executados, devidamente atestada pelo fiscal do contrato ou da Ata de Registro de Preços, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente;
- b) Requerimento formal solicitando o pagamento;
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), dentro do prazo de validade;
- e) Certidões de Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal da sede ou domicílio da Contratada, dentro do prazo de validade;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade.
- g) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Contratada, dentro do prazo de validade;
- h) Declaração prevista no inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, quando aplicável, para fins de retenção de tributos federais na fonte.

**31.4.** O pagamento será realizado por meio de transferência bancária em favor da Contratada, sendo efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

**31.5.** Nos termos da legislação aplicável à retenção de Imposto de Renda na fonte pelos entes públicos, a Contratada deverá destacar na Nota Fiscal o valor correspondente à retenção, quando cabível, ficando a Contratante autorizada a realizar o desconto de ofício, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012.

**31.6.** O pagamento será efetuado preferencialmente por meio de transferência bancária para a conta indicada pela Contratada, admitindo-se outro meio previsto na legislação vigente.

**31.7.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de documentação exigida ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

**I.** O prazo para pagamento será reiniciado após a reapresentação da documentação regularizada, não acarretando qualquer ônus adicional à Administração.

**31.8.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplência contratual.

**31.9.** A Contratada deverá sanar as falhas apontadas pela fiscalização, submetendo-se a nova verificação, após o que será retomado o trâmite regular do pagamento, sem que isso implique aceitação definitiva dos serviços.

**31.10.** A critério da Administração, os valores devidos poderão ser utilizados para compensar eventuais multas ou prejuízos causados pela Contratada, observada a legislação aplicável.

### **32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**32.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação deste Edital, deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Benjamin Constant/AM, junto à Comissão Municipal de Contratações Públicas – CMCP, situada na Rua Frei Ludovico, nº 750, Bairro Coimbra, CEP nº 69.630-000 - Benjamin Constant/AM, no horário das 08h às 12h, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data designada para a sessão pública.

**32.2.** A sessão pública presencial será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, designados por ato formal da autoridade competente.

**32.3.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da habilitação.

**32.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**32.5.** A futura contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**32.6.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas, a Administração poderá revogar esta licitação, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão motivada.

**32.7.** A anulação do procedimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver sido executado até a data em que for declarada, desde que não lhe seja imputável culpa, promovendo-se a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**32.8.** Nos casos de revogação ou anulação, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**32.9.** A anulação do procedimento licitatório poderá alcançar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, caso já celebrados.

**32.10.** A participação na licitação não gera direito à indenização, ressalvada a hipótese de comprovada boa-fé do licitante, nos termos da legislação aplicável.

**32.11.** Somente poderão fazer uso da palavra, rubricar documentos e propostas, apresentar documentos ou recursos e assinar atas as licitantes devidamente credenciadas, por meio de seus representantes, bem como o(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio.

**Parágrafo único.** Por se tratar de sessão pública, a ata poderá ser assinada, também, por demais participantes presentes na sessão, na condição de ouvintes, sem que isso lhes confira legitimidade para manifestação no certame.

**32.12.** A sessão pública é aberta a qualquer interessado, vedadas manifestações que interfiram na condução dos trabalhos, podendo o(a) Pregoeiro(a) adotar as seguintes medidas para garantir a ordem e o regular andamento da sessão:

**I.** advertir verbalmente qualquer pessoa que esteja perturbando a sessão;

**II.** determinar que o manifestante se mantenha em silêncio ou se retire do recinto, quando sua conduta comprometer a regularidade dos trabalhos;

**III.** suspender temporariamente a sessão para restabelecimento da ordem;

**IV.** solicitar apoio da guarda municipal ou força policial, quando necessário à preservação da segurança dos presentes e da integridade dos atos do certame;

**V.** registrar em ata quaisquer ocorrências que tenham comprometido ou possam comprometer a lisura da sessão;

**VI.** limitar manifestações exclusivamente aos representantes devidamente credenciados, nos momentos processuais próprios.

**32.13.** O exercício das prerrogativas previstas neste item não afasta o direito ao contraditório e à ampla defesa, que deverá ser exercido nos momentos e meios previstos neste Edital e na legislação aplicável.

**32.14.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos municipais aplicáveis e nos princípios que regem as contratações públicas.

**32.15.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais despesas.

**32.16.** Após a apresentação da proposta, não será admitida desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**32.17.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**32.18.** Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo comunicação em contrário.

**32.19.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos apenas em dias de expediente na CMCP.

**32.20.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da proposta.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**32.21.** Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante na sessão, sob pena de exclusão das representações conflitantes.

**32.22.** A homologação do resultado não implicará direito à contratação.

**32.23.** Para as condições de contratação, aplicam-se as disposições constantes da minuta contratual e dos demais anexos.

**32.24.** Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e a sequência dos atos, sendo assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes.

**32.25.** O Edital e seus anexos foram analisados pela assessoria jurídica do Município, conforme art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

**32.26.** As questões decorrentes da execução contratual que não possam ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Benjamin Constant/AM.

**32.27.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência
Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento
Anexo III – Modelo de Declarações para Credenciamento
Anexo IV– Modelo de Declaração de Elaboração de Proposta Independente
Anexo V– Modelo de Declaração ME e EPP
Anexo VI - Modelo de Proposta de Preços
Anexo VII – Modelo de Declarações para Habilitação
Anexo VIII– Modelo de Solicitação de Retirada de Sessão
Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo X – Minuta do Contrato

Benjamin Constant/AM, 20 de maio de 2026.

**VALQUÍRIA DE LIMA RODRIGUES**  
Secretária Municipal de Saúde em Exercício

*O documento assinado encontra-se fisicamente na Comissão Municipal de Contratações Públicas.*



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE FLUVIAL, VISANDO À RESERVA E EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS EM EMBARCAÇÕES DE TRANSPORTE RÁPIDO (MODAL EXPRESSO), DESTINADAS À REMOÇÃO ASSISTIDA DE PACIENTES (ACAMADOS, EM MACAS, COM MOBILIDADE REDUZIDA OU EM ESTADO CRÍTICO) NO ÂMBITO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENJAMIN CONSTANT/AM.**”

1.1. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS QUANTITATIVOS PRETENDIDOS PARA A AQUISIÇÃO DO OBJETO (REFERENCIAMENTO):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR ESTIMADO
1	SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE FLUVIAL PARA REMOÇÃO DE PACIENTES (ACAMADOS, EM MACAS, COM MOBILIDADE REDUZIDA OU EM ESTADO CRÍTICO) NO ÂMBITO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Desconto	R\$ 600.000,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação fundamenta-se na obrigatoriedade do Município em garantir o acesso integral à saúde, conforme preceitua o Art. 196 da Constituição Federal. Diante da ausência de unidades hospitalares de alta complexidade na sede do município, o **Tratamento Fora do Domicílio (TFD)** é a ferramenta essencial para a sobrevivência de pacientes que necessitam de cuidados especializados em centros de referência, notadamente na capital, Manaus/AM.

2.2. A opção pelo agenciamento de passagens em **Lanchas Rápidas (Modal Expresso)** justifica-se pela urgência intrínseca ao quadro clínico dos usuários do sistema:

2.3. **Redução do Tempo-Resposta:** Pacientes em estado crítico, acamados ou em macas possuem fragilidade orgânica que impede o deslocamento em embarcações lentas (recreios), onde o tempo de viagem é significativamente superior, elevando o risco de óbitos ou agravos irreversíveis durante o percurso fluvial.

2.4. **Logística de Remoção Assistida:** Diferente do passageiro comum, a remoção assistida exige a garantia de espaço físico para macas e equipamentos médicos, além de acomodação para acompanhantes obrigatórios, o que demanda um agenciamento especializado capaz de coordenar essas reservas junto às operadoras.

2.5. Ademais Considerando a realidade geográfica da calha do Alto Solimões e a "insularidade prática" do município de Benjamin Constant, o transporte fluvial rápido apresenta-se como a alternativa mais viável e célere. O agenciamento garante a continuidade do fluxo assistencial mesmo diante das variações sazonais dos rios (cheia e vazante), assegurando que o direito à saúde não seja interrompido por entraves logísticos sazonais ou falta de disponibilidade de vagas de última hora.

2.6. Ademais, considerando as peculiaridades geográficas e logísticas da região amazônica, onde o transporte fluvial se apresenta como o principal meio de locomoção intermunicipal, a contratação de operadora ou agência especializada mostra-se a alternativa mais adequada para assegurar a reserva, a emissão e o fornecimento de passagens em linhas comerciais regulares, com abrangência em todo o território do Estado do Amazonas. O modelo de contratação por intermédio de agenciamento permite maior flexibilidade operacional, agilidade no atendimento das demandas emergenciais ou imprevistas e racionalização dos procedimentos administrativos, sem necessidade de contratação direta e individualizada de cada prestador de serviço de transporte.

2.7. Ressalta-se, por fim, que a contratação possui caráter estimativo, uma vez que as demandas por deslocamento variam conforme a necessidade devidamente justificada, o que reforça a conveniência do modelo proposto. Dessa forma, a medida alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo à Administração Municipal meios adequados para planejar, controlar e executar os deslocamentos fluviais necessários, com segurança, regularidade e observância às normas aplicáveis, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

2.8. **Justificativa do Valor Estimado:** O valor estimado da contratação foi definido com base:

I — no histórico de remoções realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde nos últimos 12 (doze) meses;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



II — na média mensal de pacientes encaminhados via Tratamento Fora do Domicílio (TFD);

III — na sazonalidade regional decorrente dos períodos de cheia e vazante dos rios;

IV — nos custos médios praticados pelas operadoras fluviais da região do Alto Solimões;

V — em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. A memória de cálculo detalhada constará em documento próprio integrante da fase preparatória da contratação.

### **3. NATUREZA DO OBJETO**

**3.1.** O objeto desta contratação possui natureza de **serviço comum**, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do **Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**.

### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Fundamentação Legal:** A presente contratação fundamenta-se nos princípios constitucionais da **Dignidade da Pessoa Humana** e no **Direito Fundamental à Saúde** (Art. 6º e 196 da CF/88). Do ponto de vista administrativo, ampara-se na **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações), no que tange ao planejamento e à continuidade dos serviços públicos essenciais, e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) para o **Tratamento Fora do Domicílio (TFD)**.

**4.2. Descrição da Necessidade:** A necessidade desta contratação decorre da insuficiência de recursos assistenciais de média e alta complexidade na rede hospitalar local de Benjamin Constant/Am. Para garantir a assistência adequada, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) precisa remover pacientes para centros de referência, sendo o modal fluvial a via logística predominante na calha do Alto Solimões. A demanda é caracterizada pela necessidade de:

- **Celeridade no Deslocamento:** Pacientes em estado crítico ou com patologias agudas possuem uma "janela terapêutica" estreita, exigindo o transporte em Lanchas Rápidas (Modal Expresso) para reduzir o tempo de viagem em comparação ao transporte convencional.

- **Acomodação Especializada:** A necessidade de transporte para pacientes acamados e em macas requer um agenciamento que assegure a reserva de espaços físicos adequados dentro das embarcações, o que não é garantido em bilhetes de passagens comuns.

- **Acesso à Mobilidade Reduzida:** Garantir que cidadãos com limitações físicas tenham embarque e desembarque prioritários e seguros, respeitando as normas de acessibilidade e humanização do atendimento.

**4.3. Justificativa da Escolha da Solução:** A opção pelo agenciamento/operadora em detrimento da compra direta de passagens nos guichês ou da manutenção de frota própria justifica-se pela:

- **Capilaridade:** A agenciadora dispõe de acesso a múltiplas operadoras de lancha, garantindo diversas opções de horários e datas.

- **Disponibilidade Integral:** Necessidade de atendimento para emissão de bilhetes em situações de urgência fora do horário de expediente administrativo.

- **Eficiência Logística:** Centralização da gestão de reservas, cancelamentos e remarcações, permitindo que a equipe de saúde foque exclusivamente no atendimento clínico ao paciente.

**4.4. Alinhamento Estratégico:** Esta contratação está alinhada ao Plano Municipal de Saúde, visando a redução dos índices de mortalidade por falta de assistência e a garantia de que nenhum munícipe seja privado de tratamento médico por barreiras geográficas ou financeiras relacionadas ao transporte fluvial.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**5.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **6. CRITÉRIO PARA JULGAMENTO e ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Tendo em vista que no julgamento das propostas de preços será considerado o tipo de licitação, o de Maior Desconto e deverá ser adjudicado o objeto da licitação a que apresentar o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**.

**6.2.** Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações deste Termo de Referência e em conformidade com a legislação vigente.

**6.3.** Não serão aceitas propostas do objeto diferentes das especificadas neste Termo.

**6.4.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

**6.5.** No valor da proposta deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive tributos, encargos sociais, despesas operacionais, administrativas e logísticas.

**6.6.** Executar fielmente de acordo com as Cláusulas avençadas em um eventual instrumento contratual.

**6.7.** Não será admitida a transferência da gestão operacional do contrato a terceiros, ressalvada a intermediação regular junto às operadoras fluviais legalmente autorizadas.





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



## DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.8. Os itens/serviço deverão ser entregues no local indicado pela Prefeitura Municipal na Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, na circunscrição do Município de Benjamin Constant/AM.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os requisitos abaixo definem as condições mínimas para que a prestação do serviço de agenciamento atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a segurança dos pacientes e a eficiência administrativa:

**a) Dimensionamento de Espaço:** Na inexistência de embarcações com compartimento clínico específico, a contratada deverá assegurar o bloqueio de **longarinas completas (mínimo de 03 a 04 assentos)** por paciente acamado, garantindo área física suficiente para a acomodação da maca padrão e a livre movimentação do profissional de **saúde/acompanhante**.

**b) Instalação e Fixação:** A empresa agenciadora deve certificar-se de que as embarcações parceiras permitam a fixação segura da maca à estrutura da embarcação (estronca ou trilhos), utilizando cintos ou travas que impeçam o deslocamento da maca durante a navegação, especialmente em trechos de águas agitadas ou banheiros.

**c) Embarque Antecipado:** Fica estabelecido o requisito de embarque prioritário (**mínimo 20 minutos antes do público geral**) para pacientes acamados ou com mobilidade reduzida, visando a instalação dos equipamentos médicos e a acomodação do paciente com dignidade e segurança.

**d) Apoio Logístico no Transbordo:** A contratada deverá garantir que a tripulação das embarcações agenciadas forneça apoio operacional no transbordo da maca do porto/flutuante para o interior da embarcação, observando as normas de segurança do trabalho e integridade do paciente, **NORMAM-02/DPC, Lesta (Lei nº 9.537/1997), NR-17 (Ergonomia), NR-30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário), RDC nº 50/2002 (ANVISA), Portaria MS/GM nº 2.048/2002, Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

**e) Disponibilidade de Tomadas:** Como requisito técnico, as embarcações selecionadas pela agenciadora devem dispor de **pontos de energia (tomadas)** próximos à área de acomodação do paciente, para a alimentação de monitores, bombas de infusão ou concentradores de oxigênio, caso necessário.

**f) Ventilação e Higienização:** A área destinada ao paciente deve possuir ventilação adequada (ar-condicionado em pleno funcionamento). Além disso, a agenciadora deve exigir que a embarcação passe por limpeza e desinfecção sumária na área dos assentos reservados antes e após o transporte de pacientes críticos.

**g) Isolamento Visual:** Sempre que possível, a contratada deverá orientar as embarcações a utilizarem biombo ou cortinas removíveis para resguardar a privacidade do paciente durante procedimentos de enfermagem ou higiene realizados a bordo durante o trajeto.

**h) Voucher Especializado:** O bilhete ou ordem de serviço emitido pela agenciadora deve especificar claramente a condição de **"PACIENTE ACAMADO/MACA"**, servindo como documento de bloqueio imediato perante o comandante da embarcação, evitando overbooking (venda duplicada) dos assentos reservados.

## 8 – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação da gestão operacional do contrato.

8.2. Permanece autorizada a intermediação junto às operadoras regulares de transporte fluvial devidamente autorizadas pelos órgãos competentes, considerando a natureza do objeto contratual.

8.3. A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela execução dos serviços, inclusive quanto às atividades realizadas pelas operadoras fluviais parceiras.

## 9 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 A execução do objeto observará a dinâmica descrita nos itens subsequentes, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), priorizando a continuidade e a celeridade do Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

9.2 **Escopo da Prestação de Serviços:** A prestação dos serviços compreende o agenciamento, a reserva, a emissão, a remarcação e o cancelamento de passagens fluviais intermunicipais em embarcações de transporte rápido (modal expresso),



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



bem como, quando aplicável, a operacionalização do transporte de volumes diversos (insumos e equipamentos médicos), com a finalidade de atender às demandas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM.

**9.3 Fluxo de Solicitação:** As passagens fluviais e os serviços de transporte de volumes serão solicitados conforme a necessidade das unidades administrativas, mediante formalização da demanda pelo setor de TFD e emissão da correspondente Nota de Empenho ou documento equivalente que autorize a despesa.

**9.4 Obrigações Específicas na Execução:** A empresa contratada deverá:

**9.4.1. Disponibilidade de Atendimento:** Manter atendimento à Contratante em horário comercial e disponibilizar, obrigatoriamente, canal de atendimento de plantão 24 (vinte e quatro) horas (via telefone e/ou aplicativo de mensagens), inclusive em finais de semana e feriados, para atender remoções de urgência e emergência.

**9.4.2. Assessoramento Logístico:** Prestar assessoramento quanto à definição de melhores rotas e horários, priorizando embarcações que ofereçam melhores condições de estabilidade e segurança para pacientes acamados ou em estado crítico.

**9.4.3. Reserva de Espaço Físico:** Garantir, junto às operadoras fluviais, a reserva de espaço físico adequado para a instalação de macas e a acomodação de acompanhantes e profissionais de saúde, assegurando que o bilhete emitido contemple as particularidades da remoção assistida.

**9.4.4. Prazos de Emissão:** Disponibilizar o bilhete de passagem no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solicitações eletivas. **Em situações de urgência/emergência**, a emissão e confirmação devem ser realizadas com a máxima agilidade, **não ultrapassando o prazo de 02 (duas) horas**.

**9.4.5. Monitoramento de Linhas:** Informar imediatamente à SEMSA sobre qualquer alteração de horários, cancelamentos de viagens por parte das operadoras ou condições de navegabilidade (vazante/cheia) que impactem o transporte do paciente.

**9.4.6. Verificação de Regularidade:** Certificar-se de que as embarcações utilizadas no agenciamento possuem certificação válida da Capitania dos Portos e seguro obrigatório (DPEM) vigente.

**9.5 Regras de Tarifação e Aplicação do Desconto (D.U.)**

**9.5.1.** A remuneração da contratada ocorrerá mediante aplicação do percentual de desconto ofertado sobre a Taxa D.U. (Desconto Unitário), incidente sobre os valores efetivamente praticados pelas operadoras fluviais regulares no momento da emissão dos bilhetes de passagens.

**9.5.2.** Para fins deste Termo de Referência, considera-se Taxa D.U. o percentual de desconto ofertado pela licitante sobre o valor bruto das tarifas fluviais comercializadas pelas embarcações tipo Expresso/Jato utilizadas nos trechos Benjamin Constant/Manaus e vice-versa.

**9.5.3.** O pagamento compreenderá exclusivamente os bilhetes efetivamente reservados, emitidos e utilizados para atendimento das demandas do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), vedado o faturamento de reservas canceladas, não utilizadas ou sem comprovação de embarque, salvo quando devidamente justificado pela Administração.

**9.5.4. Vedação à Taxa D.U. Zerada:** A contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura mensal:

**9.5.4.1.** Não será admitida proposta com Taxa D.U. igual a 0,00% (zero por cento), simbólica, irrisória ou manifestamente inexequível, devendo o licitante apresentar percentual de desconto real e compatível com a efetiva execução contratual, observando os princípios da exequibilidade, da vantajosidade e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

**9.5.4.2.** Parágrafo único. A apresentação de proposta com Taxa D.U. zerada poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, quando demonstrada a inviabilidade de execução contratual ou ausência de vantagem econômica para a Administração Pública.

**9.5.5. Vedação de Acréscimos**

Fica vedada a cobrança de taxas administrativas, sobretaxas ocultas, encargos adicionais ou qualquer acréscimo não previsto expressamente no contrato.

**9.5.6. Fiscalização dos Valores**

A Administração poderá realizar diligências, pesquisas de mercado e auditorias comparativas para verificar a compatibilidade dos valores cobrados com os preços efetivamente praticados no mercado fluvial regional.

**9.6 Faturamento e Fiscalização**

**9.6.1.** A contratada deverá emitir fatura mensal acompanhada de relatório detalhado contendo: nome do paciente, número do Cartão SUS, trecho percorrido, data e nome da embarcação.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



9.6.2. Eventuais erros na emissão por culpa da contratada deverão ser corrigidos imediatamente sem ônus para o município.

### 9.7 Início dos Serviços

A execução dos serviços terá início imediatamente após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

## 10 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Os serviços deverão ser executados observando-se os parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, com foco na **celeridade e segurança exigidas para a remoção assistida de pacientes**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e normas da ANTAQ.

10.2. A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais capacitados, em quantidade suficiente para garantir o atendimento **interrupto (24 horas)** das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente nos casos de urgência.

10.3. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão realizados pela fiscalização do contrato, mediante verificação do cumprimento dos prazos de emissão de bilhetes e da **adequação das embarcações agenciadas para o transporte de pacientes acamados ou em macas**.

10.4. A fiscalização utilizará os mecanismos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.246/2022, podendo realizar diligências para verificar se a contratada está priorizando o interesse público e a saúde do paciente.

10.5. A aferição e a medição dos serviços, para fins de pagamento, terão como base os bilhetes efetivamente emitidos e **comprovadamente utilizados**, conforme relatórios mensais que devem conter o nome do paciente e o número do cartão SUS.

10.6. O contrato deverá ser executado fielmente, respondendo a contratada por qualquer falha no agenciamento que resulte em atrasos prejudiciais ao quadro clínico do paciente.

10.7. As comunicações oficiais ocorrerão por escrito, porém, dada a natureza da saúde pública, **admitir-se-á o uso de aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp) para solicitações de emergência**, com posterior formalização administrativa.

10.8. O CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA a qualquer momento para tratar de falhas em remoções críticas ou indisponibilidade de vagas.

10.9. A formalização da contratação dar-se-á por meio de contrato administrativo, dada a natureza continuada do serviço.

10.10. Após a assinatura, será realizada reunião inicial para alinhar o fluxo entre o **setor de TFD/SEMSA** e a agência contratada, definindo os contatos de plantão 24h.

10.11. A execução será acompanhada por fiscais designados, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### 10.12. Compete ao fiscal técnico:

- Acompanhar o tempo de resposta da contratada nas solicitações de urgência;
- Verificar se os bilhetes emitidos correspondem ao modal solicitado (Lancha Rápida Expresso);
- Validar se as operadoras agenciadas garantem a reserva de espaço para macas.

10.13. O fiscal técnico deverá registrar em histórico próprio qualquer ocorrência de **"no-show" (não comparecimento do transporte)** ou recusa de embarque de pacientes por falha no agenciamento.

10.14. Constatada irregularidade (como o faturamento de lancha lenta pelo preço de rápida), o fiscal notificará a CONTRATADA para correção imediata e aplicação de glosa, se cabível.

10.15. Situações que envolvam risco à vida do paciente por falha logística deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor do contrato e à autoridade superior.

10.16. O gestor do contrato coordenará as medidas saneadoras, zelando para que a SEMSA não fique desassistida de passagens fluviais.

10.17. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação e a regularidade fiscal para fins de pagamento mensal.

10.18. Ocorrendo descumprimento de prazos de emissão (ex: ultrapassar 2h em casos críticos), o fiscal administrativo atuará de forma tempestiva para registro da falha.

10.19. O gestor manterá relatórios periódicos sobre a eficácia do agenciamento para os pacientes de Benjamin Constant.

10.20. O gestor registrará eventuais riscos, como a redução da oferta de lanchas em períodos de seca extrema (vazante), cobrando da contratada alternativas de rotas.

10.21. Ao final, será emitido relatório conclusivo sobre o impacto da contratação na redução de filas e na agilidade das remoções de saúde.

10.22. A CONTRATADA deverá manter preposto com autonomia para resolver problemas de reservas no porto de



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



Benjamin Constant ou de Manaus a qualquer hora.

**10.23.** A indicação do preposto poderá ser recusada caso este não demonstre capacidade de resposta compatível com a urgência da Secretaria de Saúde.

**11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** São obrigações da Contratante:

- a. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;
- b. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e INSS, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais;
- c. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações;
- d. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão executados os serviços;
- e. Extinguir o Contrato, formalizado por escrito e mediante a anulação da Nota de Empenho, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21;
- f. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais atinentes à presente contratação.

**12 – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**12.1.** Além das responsabilidades contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas vigentes, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Efetuar a reserva e emissão de bilhetes de passagens fluviais em **embarcações do tipo Lancha Rápida (Modal Expresso)**, garantindo que o transporte ocorra no menor tempo possível entre a origem e o destino.
- b) Garantir a reserva de **espaço físico adequado para a instalação de macas** e acomodação de pacientes acamados, assegurando que a embarcação agenciada possua estrutura para o embarque e desembarque seguro de pacientes com mobilidade reduzida.
- c) Manter canal de atendimento de **plantão 24 (vinte e quatro) horas**, inclusive aos finais de semana e feriados, para o atendimento de remoções de urgência e emergência da Secretaria Municipal de Saúde.
- d) Disponibilizar os bilhetes de passagens nos prazos estabelecidos (até 24h para eletivos e até 2h para urgências), enviando-os preferencialmente por meio eletrônico para agilizar o fluxo administrativo.
- e) Responsabilizar-se pela remarcação ou cancelamento de bilhetes sem ônus adicional para a Administração, sempre que a solicitação ocorrer dentro dos prazos regulamentares das operadoras.
- f) Prestar assessoria técnica à SEMSA sobre a melhor logística de deslocamento, considerando as variações sazonais dos rios (cheia e vazante) que possam impactar o tempo de viagem ou os pontos de embarque.
- g) Certificar-se de que todas as embarcações utilizadas no agenciamento possuam **certificação válida junto à Capitania dos Portos**, seguro obrigatório (DPPEM) e equipamentos de salvatagem em quantidade e condições adequadas.
- h) Zelar para que as embarcações agenciadas apresentem condições satisfatórias de higiene e conforto, compatíveis com a fragilidade clínica dos pacientes removidos.
- i) Substituir imediatamente a reserva em caso de falha mecânica ou operacional da embarcação originalmente escalada, sem prejuízo ao atendimento do paciente.
- j) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- k) Designar um **preposto** com plenos poderes para resolver problemas operacionais e tomar decisões em nome da empresa junto à fiscalização da SEMSA.
- l) Apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório detalhado das passagens emitidas e os respectivos **comprovantes de embarque (canhotos ou bilhetes validados)**, contendo nome do paciente e número do Cartão SUS.
- m) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de erro, omissão ou negligência na prestação dos serviços de agenciamento.
- n) Garantir que os preços faturados sejam rigorosamente os praticados pelo mercado fluvial regular, aplicando o percentual de desconto ofertado na proposta.

**13 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, de acordo com os valores propostos após a apresentação da(s) fatura(s) devidamente atestadas por funcionário autorizado que não seja a Ordenadora de Despesas.

**13.2.** Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Produto de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizada no Prédio





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, na Rua Frei Ludovico, 750 - Coimbra, com os seguintes documentos:

- a) **Requerimento** solicitando o pagamento da Nota Fiscal, indicando inclusive os dados bancários para crédito;
- b) **Nota Fiscal, acompanhada do recibo com carimbo da empresa**, referente ao objeto fornecido;
- c) **Certidão Unificada perante a Fazenda Nacional**, conforme Portaria MF nº 358 de 05/09/2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, em validade;
- d) Prova de Regularidade com o **FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação**, expedido pela **Caixa Econômica Federal**), dentro de seu período de validade;
- e) Prova de Regularidade com as **Fazendas Municipal e Estadual**, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- f) Prova de Regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
- g) **Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial** (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

**13.3.** Havendo erro na nota fiscal/fatura, ausência de quaisquer que seja as documentações, acima descritas, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

**13.4.** A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação dos documentos regularizados, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da entrega dos bens pela CONTRATADA.

**13.5.** O pagamento será efetuado por meio de “Transferência Bancária” a ser creditado no estabelecimento bancário, agência e conta corrente da própria empresa vencedora, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**13.6.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto pendente de liquidação, que esteja em débito com a previdência social e/ou com o FGTS.

**13.7.** À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo-se a nova verificação, após o que a fiscalização procederá na forma estabelecida e providenciará a regularização do apontado nos itens precedentes, quando for o caso.

**13.8.** A critério da Contratante poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas de responsabilidade da Contratada.

**13.9.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, sendo que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos dos objetos efetivamente entregues.

**13.10.** A avaliação da execução contratual ocorrerá mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante em anexo específico deste Termo de Referência, contendo indicadores objetivos de desempenho, metas, critérios de glosa e metodologia de aferição.

**13.11.** Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente;

**13.12.** A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR para fins de medição dos resultados. Deverá haver o redimensionamento no pagamento mensal, sempre que a CONTRATADA:

**13.13.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**13.14.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a adequada execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**13.15.** Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade da prestação dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

**13.16.** À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada;

**13.17.** A cada relatório circunstanciado, fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do Instrumento de Medição de Resultados – IMR ou de outro instrumento de aferição da qualidade da prestação dos serviços;

**13.18.** O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do Instrumento de Medição de Resultados – IMR ou de outro instrumento de aferição da qualidade da prestação dos serviços, até o limite máximo de glosa previsto contratualmente;

**13.19.** A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

**13.20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**13.20.1.** O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do serviço, em moeda nacional, no



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

**13.20.2.** O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**13.20.3.** Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

**13.20.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

$I = (TX/100)$ , assim apurado:  $I = (6/100)$   $I = 0,00016438$   
365 365

Em que:

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**13.20.5.** Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

**13.20.6.** No pagamento dos serviços descritos na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da legislação vigente.

**13.21.** A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

#### **14 – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**14.1.** A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma presencial, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

#### **JUSTIFICATIVA DA FORMA PRESENCIAL**

**14.1.1.** A adoção da forma presencial encontra justificativa nas peculiaridades geográficas, operacionais e logísticas da região do Alto Solimões, especialmente no Município de Benjamin Constant/AM, considerando:

I — a limitada conectividade de internet em diversos pontos da região, inclusive com frequentes oscilações de sinal e indisponibilidade de acesso estável às plataformas eletrônicas;

II — a predominância de operadores fluviais regionais de pequeno porte, muitos dos quais possuem limitações estruturais e tecnológicas para participação eficiente em certames eletrônicos;

III — a necessidade de atendimento imediato e operacionalmente integrado entre Administração, operadores fluviais e agenciadores locais, sobretudo em situações emergenciais envolvendo remoção de pacientes em estado crítico;

IV — o risco de comprometimento da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa em razão das limitações tecnológicas regionais;

V — a necessidade de garantir ampla participação de operadores efetivamente atuantes nas linhas fluviais da calha do Alto Solimões, preservando a continuidade do Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

**14.1.2.** A Administração registra que a adoção da forma presencial não decorre de preferência administrativa, mas de circunstâncias concretas relacionadas à realidade logística amazônica e à necessidade de continuidade de serviço essencial de saúde pública.

#### **15 - DA ORDEM DAS FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E JUSTIFICATIVA DA INVERSÃO**

##### **15.1. Fundamentação Legal**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**15.1.1.** Nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o procedimento licitatório observará a sequência ordinária de fases, admitida, excepcionalmente e mediante motivação expressa, a inversão da ordem, desde que demonstrada sua vantajosidade para a Administração. No presente caso, a adoção da inversão encontra respaldo técnico e administrativo, conforme justificativas a seguir.

**15.2. Do Objeto**

**15.2.1.** A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de transporte fluvial, visando à reserva e emissão de bilhetes de passagens intermunicipais em embarcações de transporte rápido (modal expresso), destinadas à remoção assistida de pacientes (acamados, em macas, com mobilidade reduzida ou em estado crítico) no âmbito do tratamento fora do domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/Am.”

**15.3. Justificativa Técnica para Adoção da Habilitação Antecipada**

**15.3.1.** A inversão das fases, com a realização da habilitação previamente ao julgamento das propostas, mostra-se adequada e vantajosa em razão de:

**I — Necessidade de capacidade operacional comprovada:** o objeto exige que a futura contratada possua credenciamento junto a transportadoras fluviais, estrutura logística e meios tecnológicos aptos a atender solicitações com agilidade e segurança;

**II — Garantia de confiabilidade na execução:** o serviço envolve deslocamento de pessoas, demandando regularidade, precisão e segurança operacional;

**III — Redução de riscos à Administração:** a verificação prévia da habilitação minimiza a possibilidade de contratação de empresa sem condições técnicas ou legais de execução, prevenindo falhas, atrasos e prejuízos ao interesse público;

**IV — Racionalização do procedimento:** evita-se a análise de propostas de licitantes que não atendam aos requisitos habilitatórios, conferindo maior objetividade, celeridade e eficiência ao certame;

**V — Atendimento aos princípios administrativos:** a medida está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

**15.4. Da Competitividade**

A inversão das fases não restringe a competitividade, pois não altera requisitos de participação, critérios de julgamento ou condições de disputa, limitando-se à modificação da ordem procedimental de verificação documental.

**15.5. Da Proporcionalidade**

A exigência é proporcional à complexidade e à natureza logística do objeto, não impondo ônus excessivo aos licitantes, uma vez que a documentação requerida corresponde àquela ordinariamente exigida em processos licitatórios.

**15.6. Da Governança e Segurança Jurídica**

A previsão expressa da inversão neste Termo de Referência demonstra planejamento prévio, observância ao dever de motivação, transparência procedimental e alinhamento às boas práticas de governança, além de reduzir riscos de questionamentos ou impugnações.

**15.7. Regra procedimental decorrente**

Em razão da inversão das fases, a análise da habilitação ocorrerá previamente ao julgamento das propostas, observando-se integralmente o rito previsto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da competitividade entre os licitantes, assegurando-se a ampla participação dos interessados regularmente habilitados no certame.

**15.8. Conclusão técnica**

Diante do exposto, conclui-se que a inversão da ordem das fases constitui medida legal, motivada, eficiente e vantajosa para a Administração, sendo adequada sua adoção no presente procedimento licitatório.

**16 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**16.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO** sob a forma **PRESENCIAL**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**.

**16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para a comprovação da aptidão técnica necessária à execução do objeto, a empresa licitante deverá apresentar:

**16.2.1. Qualificação Técnica Operacional (Atestados):**

**Atestado(s) de Capacidade Técnica** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, inclusive serviços relacionados ao agenciamento de transporte de passageiros com demandas especiais de logística, remoção assistida ou atendimento operacional contínuo.

**16.2.2.** Os atestados de capacidade técnica, quando emitidos por pessoa jurídica de direito público, deverão ser assinados pelo responsável do setor competente do órgão ou entidade emissora; quando emitidos por pessoa jurídica de direito



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



privado, deverão conter dados suficientes para a identificação do declarante, com indicação do nome, cargo ou função exercida e dados de contato. A ausência de apresentação de atestado claro, legível, idôneo e em conformidade com as exigências deste Certame, considerado o vulto e a relevância do objeto, ensejará a inabilitação da licitante, a critério do Pregoeiro;

**16.2.3. Pertinência Logística:** O atestado deve demonstrar que a empresa possui experiência em lidar com fluxos de emissão de passagens em larga escala e gestão de prioridades em embarques, compatíveis com a realidade do Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

**16.2.4. Declarações e Compromissos Técnicos (Garantia de Operação):**

**Declaração de Parceria com Armadores:** Declaração formal da licitante de que possui canais de reserva e parcerias operacionais com as empresas detentoras de embarcações do tipo "Expresso/Jato" que operam nas linhas regulares da calha do Solimões (especialmente trechos Benjamin Constant-Manaus).

**16.2.5. Compromisso de Suporte ao Transbordo:** Declaração de que a licitante, através de seus parceiros transportadores, garante o cumprimento das normas de segurança e apoio logístico no embarque e desembarque de pacientes acamados, conforme detalhado nos requisitos da contratação.

**16.2.6. Cadastro na EMBRATUR (Cadastur):** Quando aplicável à natureza jurídica e operacional da atividade exercida pela licitante, poderá ser exigido registro regular no CADASTUR ou em outro cadastro oficial pertinente ao exercício da atividade de agenciamento de viagens ou transporte.

**16.2.7. Certificação de Idoneidade das Embarcações:** Compromisso de que todos os bilhetes emitidos serão exclusivamente para embarcações devidamente inscritas e regularizadas perante a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e a Capitania dos Portos (Marinha do Brasil).

**16.2.8.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, quando o licitante, além de atuar no fornecimento ou agenciamento de passagens fluviais, for também o proprietário da embarcação responsável pela execução do transporte dos passageiros, deverão ser apresentados, cumulativamente, os seguintes documentos:

- a) Comprovação de registro da embarcação junto à Marinha do Brasil, emitido pela Capitania dos Portos ou órgão competente, demonstrando que a embarcação se encontra regularmente inscrita e apta à navegação;
- b) Certificado(s) de Vistoria e de Segurança da embarcação, válido(s) e vigente(s), emitido(s) pela Autoridade Marítima competente, comprovando o atendimento às normas de segurança da navegação e de transporte de passageiros;
- c) Documento contendo as especificações técnicas da embarcação a ser utilizada na execução do serviço, incluindo, no mínimo, tipo, capacidade máxima de passageiros, condições de acessibilidade, quando aplicável, e demais características relevantes à adequada prestação do serviço;
- d) Comprovação de que a tripulação envolvida na condução da embarcação possui habilitação válida, regular e compatível com as funções exercidas, nos termos das normas da Marinha do Brasil e da legislação aplicável à navegação interior;
- e) Comprovação da contratação dos seguros obrigatórios exigidos pela legislação vigente, incluindo, no mínimo, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Embarcações ou por sua Carga (DPEM), em plena vigência durante a execução contratual;
- f) Declaração formal do licitante de que manterá, durante toda a vigência do contrato, a regularidade da embarcação, da tripulação e dos seguros exigidos, responsabilizando-se integralmente por quaisquer irregularidades que possam comprometer a segurança da navegação ou a execução do objeto contratado.

**16.2.9.** Na hipótese de o licitante atuar exclusivamente como agenciador ou intermediador de passagens fluviais, sem ser proprietário da embarcação utilizada na execução do transporte, as exigências previstas neste item não se aplicam, devendo, contudo, a contratada assegurar que o transporte seja realizado por embarcações regularmente autorizadas, certificadas e em conformidade com as normas da Autoridade Marítima.

**16.2.10.** Declaração de disponibilidade de ponto físico local: apresentar declaração, assinada por representante legal da empresa, informando que possui ou, caso seja vencedora do certame, compromete-se a instalar escritório ou ponto de atendimento no Município de Benjamin Constant/AM, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato, assegurando condições adequadas para atendimento das demandas da Administração

**16.3. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS**

**16.3.1. Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica:** A definição das exigências de qualificação técnica detalhadas no item anterior fundamenta-se no **Art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, buscando assegurar que a futura contratada possua as condições operacionais mínimas para a execução de um serviço que impacta diretamente a integridade física e a vida dos cidadãos atendidos pelo TFD.

**16.3.2. Da Experiência em Agenciamento e TFD:** A exigência de atestados que comprovem experiência em agenciamento de transporte é indispensável, uma vez que a logística de saúde no interior do Amazonas possui complexidades ímpares (sazonalidade das águas, variação de horários e regime de urgência). Uma empresa sem expertise





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



em agenciamento poderia comprometer o fluxo de remoções, gerando atrasos que, em casos de pacientes críticos, podem ser fatais.

**16.3.3. Do Bloqueio de Assentos para Macas (Justificativa da Especificidade):** A exigência de que a empresa garanta a reserva de filas inteiras de assentos para acomodação de macas justifica-se pela inexistência, no mercado regional atual, de frota regular de lanchas rápidas exclusivamente hospitalares. Assim, a **adaptação do espaço** em embarcações de linha é a única solução técnica viável para o Município de Benjamin Constant/AM, exigindo da contratada uma gestão rigorosa junto aos armadores para evitar o *overbooking* e garantir a dignidade do paciente.

**16.3.4. Da Observância às Normas de Segurança e Transbordo:** A obrigatoriedade de seguir as normas da **Marinha do Brasil (NORMAM)** e de **Segurança do Trabalho (NRs)** justifica-se pelo elevado risco operacional durante o transbordo de pacientes acamados em portos e flutuantes. A exigência de apoio logístico da tripulação visa mitigar riscos de quedas e agravamento de lesões, transferindo à contratada a responsabilidade de selecionar parceiros que operem com segurança técnica e jurídica.

**16.3.5. Da Regularidade perante Órgãos Reguladores (CADASTUR e ANTAQ):** Tais exigências não são meramente burocráticas, mas sim garantias legais de que o serviço será prestado por empresas formais e embarcações fiscalizadas. A utilização de transportes não homologados pela Capitania dos Portos ou pela ANTAQ configuraria grave omissão da administração pública e risco iminente aos usuários do sistema de saúde.

**16.3.6. Do Princípio da Eficiência:** Por fim, as exigências buscam o equilíbrio entre a competitividade e a **segurança da contratação**, garantindo que o Município não venha a contratar "empresas de fachada" que não possuam a capilaridade necessária para emitir passagens de forma imediata junto aos proprietários de embarcações tipo Expresso.

## 17 – SANÇÕES

**17.1.** As disposições sobre sanções se encontram pormenorizadas no Aviso de Pregão Presencial, do qual este Termo de Referência consta como anexo.

## 18 – MEDIDAS ACAUTELADORAS

**18.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 19 – DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

**19.1.** O Contrato será regido pelas seguintes normas:

- a) Pelo Código Civil Brasileiro, no tocante às relações de fornecimentos, não gerando vínculo empregatício para com a contratada ou qualquer preposto da CONTRATADA, em relação ao CONTRATANTE;
- b) Pela Lei Federal nº 14.133/21, em toda a matéria não abrangida pela disposição legal referida na alínea “a” supra, especialmente direitos, obrigações e sanções.

**20.2.** A contratação não gera vínculo empregatício entre a Administração Pública e os empregados, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, permanecendo esta integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

## 20 – DO JULGAMENTO

**20.1.** O julgamento, observadas as especificações técnicas definidas no Edital de acordo com a legislação, obedecerá ao critério de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**.

## 21 – RESPONSÁVEL PELO UNIDADE FISCALIZADORA

**21.1.** A gestão e fiscalização contratual competirão à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, por meio de servidores formalmente designados pela autoridade competente, podendo haver apoio administrativo de outros órgãos municipais quando necessário.

## 22 – FORO

**22.1.** Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca de Benjamin Constant, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Benjamin Constant/AM, 20 de maio de 2026.

**VALQUÍRIA DE LIMA RODRIGUES**  
Secretária Municipal de Saúde em Exercício

Aprovo nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes.



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



**SEMEIDE BEMERGUY PORTO**  
Prefeito Municipal de Benjamin Constant/AM

NOME	ASSINATURA
ALDENI ALMEIDA TAPUDIMA	
ADRIANO PERDÃO DA SILVA	
JOÃO LOPES DO NASCIMENTO	

**ANEXO II**

**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Nome de Fantasia:  
CNPJ nº:  
Inscrição Estadual nº:  
Inscrição Municipal nº:

Nomeamos e credenciamos o (a) Sr (a). , portador (a) do R.G nºxxxxxxx, CPF nºxxxxxxxxxxxxxx, a nos representar junto ao Município de Benjamin Constant - AM, com a finalidade específica de participar dos trabalhos de abertura das Propostas e Documentos de Habilitação para o Pregão Presencial c/ SRP nº 0XX/2026, designado para o dia XX de XXXX de 2026 as XX:XX, o qual o mesmo tem amplos poderes para representar a empresa outorgante, formular ofertas e lances de preços, intenção de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)  
(Assinatura Eletrônica ou reconhecimento de Firma)

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)**

**ANEXO III**

**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
DECLARAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

À Comissão Municipal de Contratações Públicas - CMCP.  
Pregão Presencial n.º XXX/2026 – SRP

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgãos públicos.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não fomos condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARA que minha proposta econômica terá validade de 60 (sessenta) dias nos termos do edital, estando ciente da obrigação de firmar negócio jurídico assim que convocado dentro deste prazo, sob pena das sanções legais.

DECLARA sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas.

DECLARA que as informações aqui prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

*XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX*

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)**

.....  
**ANEXO IV**  
**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE**

À Comissão Municipal de Contratações Públicas - CMCP.  
Pregão Presencial n.º XXX/2026 – SRP

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item [completar] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo [Nome da Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], quanto a participar ou não da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de [Órgão Licitante] antes da abertura oficial das propostas; e

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS)**

**ANEXO V**  
**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO**  
**PORTE**

À Comissão Municipal de Contratações Públicas - CMCP.  
Pregão Presencial n.º XXX/2026 – SRP

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 123/06, alterada pela LC 147/15, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta:

Eu, ..., RG ..., legalmente nomeado representante da empresa ..., CNPJ ..., e participante do procedimento licitatório n. ..., na modalidade de ..., processo n. ..., declaro, sob as penas da lei, que, a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX





ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)

ANEXO VI  
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
MODELO DE PROPOSTA PREÇO

À Comissão Municipal de Contratações Públicas - CMCP.  
Pregão Presencial n.º XXX/2026 – SRP

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE			
Nome de Fantasia:			
Razão Social:			
CNPJ:		Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)	
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
CEP:		E-mail:	
Telefone:		Celular:	
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Item	DESCRIÇÃO	Valor Estimado	Percentual de desconto na taxa de agenciamento
1			
Valor por extenso (PERCENTUAL DE DESCONTO ITEM):			
Valor por extenso (PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA):			

Observação:

Os percentuais referentes a tributos deverão ser cotados de acordo com o regime de tributação de cada empresa.

Os licitantes não deverão incluir o CSLL e IRPJ nas Planilhas de Preços no quadro de Tributos, conforme Acórdão 1.319/2010, 1.696/2010, 1.442/2010 e 950/2007 do Tribunal de Contas da União.

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;

Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;

Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta da Ata de Registro de Preços que o integra, sob pena de rescisão unilateral do(a) contrato/ARP;

Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Municipal de Contratações Públicas.

Prazo de entrega/execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I (Termo de Referência/)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ENVELOPE 2)



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO VII  
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Comissão Municipal de Contratações Públicas - CMCP.  
Pregão Presencial n.º XXX/2026 – SRP

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta e sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARA que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

**Ressalva:** A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ) / (em caso afirmativo, assinalar essa ressalva), regularidade com o ministério do trabalho;

DECLARA que está recebeu o edital e toda a documentação, elementos e informações necessários para a elaboração de proposta de preço, vinculada ao processo licitatório acima epigrafado, recebimento do edital e documentos;

DECLARA que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, inexistência de fato impeditivo;

DECLARA que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social nenhum Servidor do Município, não possui vínculo com a administração;

DECLARA que cumprir reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

DECLARA que autoriza, nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o uso da imagem e som de seus representantes nas filmagens das sessões públicas do presente certame licitatório que deverá ser gravado em áudio e vídeo, para ser anexado aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, visando o cumprimento legal, nos termos do artigo 17, §2º e §5º, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

DECLARA que a documentação e declarações apresentadas são fiéis e verdadeiros, veracidade.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ENVELOPE 2)

ANEXO VIII  
MODELO DE SOLICITAÇÃO DA RETIRADA DE SESSÃO

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, representada pelo (a) sr (a) \_\_\_\_\_, se retira da sessão do PP xxxx/2026, por (motivo), xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em posse de (seus envelopes lacrados de proposta, habilitação..., ou deixando seus envelopes lacrados de proposta, habilitação).

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO A QUALQUER MOMENTO DA RETIRADA)

ANEXO IX - MINUTA DA ARP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/2026

PREGÃO PRESENCIAL N. XXX/2026-SRP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° XXX/2026  
VALIDADE: XX (XXXX) meses.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM, por intermédio da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXX, nº XX, Bairro XXXXX, CEP nº 69.630-000, Benjamin Constant/AM, neste ato representada por seu Prefeito Municipal **SEMEIDE BERMEGUY PORTO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o julgamento do **Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026 – Sistema de Registro de Preços**, homologado e publicado no PNCP, RESOLVE registrar os preços da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXX, sob o CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, situada na rua XXXXXXXX, Nº XXX – XXXXXXXX, CEP nº XXXXXX, XXX/XX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, fone: (XX) XXXXXX, representada pelo senhor XXXXXXXXXXXX, CPF nº XX.XXX.XXX-XX, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, do **Decreto Federal nº 11.462/2023**, da regulamentação municipal pertinente e das condições do edital e seus anexos.

**CLÁUSULA 01 – OBJETO**

1.1. A	presente	Ata	tem	por	objeto	o
--------	----------	-----	-----	-----	--------	---



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



XX  
XX

1.2. Os serviços serão executados sob demanda, conforme requisição formal, não gerando obrigação de contratação mínima.

1.3. Os serviços compreendem, quando aplicável:

- reserva de passagens fluviais;
- emissão de bilhetes;
- remarcações;
- cancelamentos;
- bloqueio e reserva de assentos para acomodação de macas;
- intermediação junto às operadoras fluviais;
- assessoramento logístico;
- atendimento emergencial;
- envio de comprovantes;
- suporte operacional contínuo.

**CLÁUSULA 02 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E FORNECEDORES**

2.1. Integram a presente Ata, além do Órgão Gerenciador, a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX – XXXXX**.

2.2. A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sob o CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, situada na XX. XXXXX, nº XXXXXXXXXXXX, CEP nº XX.XXX-XXX, XXXXX/XX, representada pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, vencedora dos itens: XX, XX, XX, XX, XX, XX e XX, no valor de R\$ XXXXX,XX (XXXXX, XXXX e XXXX), cuja proposta foi declarada vencedora, pelo critério de julgamento do XXXXXXXXXXXX.

**CLÁUSULA 03 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

3.1. Os preços registrados, taxas de agenciamento, tarifas e estimativas constam da proposta vencedora, conforme quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO NA TAXA DO AGENCIAMENTO (%)
1			R\$	%
VALOR GLOBAL			R\$	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

3.2. O percentual de desconto ofertado incidirá sobre os valores oficiais das tarifas regularmente praticadas pelas operadoras fluviais no momento da emissão do bilhete.

3.3. Fica vedada a cobrança de taxas administrativas, sobretaxas ocultas, encargos adicionais ou quaisquer acréscimos não previstos no contrato.

3.4. Os preços registrados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive tributos, encargos sociais, despesas operacionais, logísticas e administrativas.

**CLÁUSULA 04 – DO DESCONTO, DA RESPONSABILIDADE OPERACIONAL E DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO**

4.1. A contratada deverá assegurar atendimento prioritário e imediato às demandas classificadas como urgentes ou emergenciais pela Administração.

4.2. A contratada responderá perante a Administração pelas falhas decorrentes de sua atuação operacional, de sua intermediação ou de irregularidades atribuíveis às operadoras por ela selecionadas.

4.3. A contratada deverá garantir:

I – reserva de espaço adequado para acomodação de pacientes em maca;

II – suporte operacional no embarque e desembarque;

III – emissão prioritária de bilhetes;

IV – atendimento em regime de plantão 24 horas;

V – observância das normas de segurança da navegação.

4.4. O descumprimento das disposições desta cláusula caracterizará falha grave contratual.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**CLÁUSULA 05 – DA VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato no PNCP.

5.2. A Ata poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 06 – REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. A execução ocorrerá sob demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

6.2. As solicitações serão formalizadas por meio de requisição administrativa ou instrumento equivalente, devendo conter, no mínimo:

I. identificação da unidade solicitante;

II. identificação do paciente;

III. trecho e destino;

IV. data e horário pretendidos;

V. condição clínica do paciente;

VI. necessidade de maca ou mobilidade reduzida;

VII. grau de urgência;

VIII. número da nota de empenho ou autorização administrativa;

IX. demais informações necessárias à execução.

6.3. A contratada deverá disponibilizar:

I – bilhetes eletivos em até 24 (vinte e quatro) horas;

II – atendimento emergencial em até 02 (duas) horas.

6.4. A contratada deverá informar imediatamente à Administração qualquer alteração de horário, cancelamento de viagem ou indisponibilidade operacional.

**CLÁUSULA 07 – NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)**

7.1. Constituem parâmetros mínimos de desempenho operacional:

SERVIÇO	PRAZO MÁXIMO
Emissão eletiva	até 24 horas
Emissão emergencial	até 2 horas
Remarcação	até 12 horas
Cancelamento	até 24 horas

7.2. Constituem indicadores mínimos:

• índice de atendimento no prazo  $\geq 95\%$ ;

• índice de solução no prazo  $\geq 90\%$ ;

• taxa de erro operacional  $\leq 2\%$ .

7.3. O desempenho será aferido mediante Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

7.4. Solicitações classificadas como urgentes ou emergenciais pela Administração deverão receber tratamento prioritário, independentemente dos prazos ordinários previstos nesta cláusula.

**CLÁUSULA 08 – DA CONFORMIDADE REGULATÓRIA E SEGURANÇA**

8.1. A contratada deverá assegurar que os serviços sejam executados exclusivamente por embarcações regularizadas perante:

I – Capitania dos Portos;

II – ANTAQ;

III – demais órgãos competentes;

IV – seguro obrigatório DPEM ou equivalente legalmente exigido;

V - regularidade documental perante a Autoridade Marítima competente.

8.2. As embarcações deverão possuir:

• certificados válidos de segurança;

• tripulação habilitada;

• equipamentos obrigatórios;

• seguros obrigatórios vigentes.

8.3. A utilização de embarcação irregular constitui infração contratual grave.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**CLÁUSULA 09 – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES**

9.1. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas pelo órgão ou entidade interessada por meio de contrato administrativo, nota de empenho, autorização de serviço, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A convocação da fornecedora registrada para formalização da contratação observará a ordem de classificação constante da Ata, bem como os quantitativos e condições registrados.

9.3. Recebida a convocação, a fornecedora deverá confirmar o atendimento e iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido no instrumento convocatório, na contratação decorrente ou na requisição formal, sob pena de caracterização de descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços.

9.4. A recusa injustificada da fornecedora em atender à contratação solicitada caracteriza descumprimento das condições da Ata, sujeitando-a às penalidades previstas no edital, nesta Ata e na Lei nº 14.133/2021, inclusive:

I – aplicação de multa;

II – aplicação das sanções administrativas cabíveis;

III – cancelamento do registro de preços.

9.5. Na hipótese de recusa, impossibilidade de atendimento ou cancelamento do registro da fornecedora convocada, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assumir o fornecimento nas mesmas condições registradas.

9.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de nova licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada a vantagem para a Administração.

**CLÁUSULA 10 – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. Os preços registrados poderão ser revistos ou atualizados a qualquer tempo, em decorrência de:

I - redução dos preços praticados no mercado; ou

II - fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente comprovado, que altere os custos da prestação dos serviços.

10.1.1. Observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios do equilíbrio econômico-financeiro, da vantajosidade e da economicidade.

10.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará a fornecedora para negociar a redução dos preços aos valores compatíveis com os de mercado.

10.3. Caso a fornecedora não aceite reduzir seu preço aos valores de mercado, poderá ser liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, hipótese em que o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e a fornecedora comprovar a impossibilidade de cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer a revisão dos preços, mediante solicitação formal e apresentação de documentação idônea que demonstre a efetiva variação dos custos da execução dos serviços.

10.5. O pedido de revisão deverá ser formalizado por escrito e devidamente instruído com planilhas de custos, notas fiscais, contratos, índices oficiais ou outros documentos idôneos, capazes de comprovar a ocorrência do fato superveniente e a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

10.6. A análise do pedido de revisão será realizada pela Administração, que poderá, de forma motivada:

I – deferir total ou parcialmente o pedido;

II – propor negociação para adequação dos preços registrados;

III – indeferir o pedido, caso não haja comprovação suficiente do desequilíbrio alegado.

10.7. O deferimento da revisão não produzirá efeitos retroativos, salvo quando a Administração der causa à demora na análise do pedido, devidamente comprovada.

10.8. Independentemente de solicitação da fornecedora, a Administração poderá, sempre que entender necessário, promover negociação dos preços registrados, com o objetivo de adequá-los aos valores praticados no mercado, observados os princípios da vantajosidade, economicidade e eficiência.

**CLÁUSULA 11 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

11.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, por ato do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

I – descumprir as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital, no Termo de Referência ou nas contratações dela decorrentes;

II - não assinar instrumento contratual ou equivalente no prazo;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



III – não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado, após regular processo de negociação;

IV – sofrer sanção administrativa que a impeça de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

11.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que impossibilite ou prejudique significativamente o cumprimento das obrigações assumidas na Ata, desde que devidamente comprovado e justificado.

11.3. A fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a execução das obrigações assumidas, decorrente de caso fortuito ou força maior, mediante requerimento formal, acompanhado de documentação idônea que comprove a impossibilidade de cumprimento da Ata.

11.4. O cancelamento do registro de preços não afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando caracterizada infração administrativa, nem exonera a fornecedora da responsabilidade por danos, prejuízos ou penalidades decorrentes dos serviços executados em desconformidade com as condições registradas.

**CLÁUSULA 12 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)**

12.1. Não será permitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, ficando vedada sua utilização na condição de “carona”.

12.2. As contratações decorrentes desta Ata ficam restritas exclusivamente aos quantitativos destinados ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes originalmente previstos no procedimento licitatório.

12.3. Eventual solicitação de adesão por órgão ou entidade não participante deverá ser formalmente indeferida pelo órgão gerenciador, com fundamento nesta cláusula, na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

**CLÁUSULA 13 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

13.1. A execução das contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração especialmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora/contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, falhas na execução do objeto ou emprego de material inadequado, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.4. A fornecedora/contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas pela fiscalização, bem como permitir o acesso dos representantes da Administração aos documentos, registros, locais e informações diretamente relacionados à execução do objeto contratado, na medida do necessário à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

13.5. No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá, entre outras medidas:

I – exigir a apresentação de notas fiscais, relatórios, registros de controle, laudos técnicos, certificados de qualidade ou quaisquer documentos relacionados à execução do objeto;

II – verificação documental, conferência de bilhetes, validação de comprovantes e auditoria de registros;

III – determinar a correção, substituição, refazimento ou adequação do objeto em desacordo com as especificações;

IV – propor a aplicação de sanções e glosas, quando verificado descumprimento contratual.

13.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

13.7. Ficam designados para a gestão e fiscalização das contratações decorrentes desta Ata:

Gestor do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Fiscal Técnico do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

13.8. O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela Administração não excluem a responsabilidade da contratada pela qualidade do objeto, pela segurança na execução e pelo cumprimento das normas técnicas, legais, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis.

**CLÁUSULA 14 – MEDIÇÃO, ATESTO E PAGAMENTO**

14.1. Considerando tratar-se de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços, a medição será realizada por demanda efetivamente atendida, tomando por base as ordens de serviços emitidas e executadas no período, devidamente certificadas pelo fiscal do contrato.

14.2. O pagamento somente será devido em relação aos quantitativos efetivamente solicitados, executados e recebidos definitivamente pela Administração, inexistindo obrigação de pagamento mínimo em razão da natureza estimativa do registro de preços.

14.3. Para fins de liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura:

I – relatório de execução correspondente ao período;

II – cópia das ordens de serviço atendidas;

III – certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária válidas;

IV – requerimento formal de pagamento com dados bancários atualizados.

14.4. O fiscal do contrato procederá à conferência dos quantitativos, qualidade e conformidade do objeto executado, emitindo atesto somente após verificação de que a execução atende integralmente às exigências contratuais, editalícias e legais.

14.5. Verificada qualquer divergência, erro, irregularidade documental, descumprimento de especificações ou execução parcial, o pagamento ficará suspenso até a completa regularização, hipótese em que o prazo de pagamento será reiniciado a partir da reapresentação correta da documentação.

14.6. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

14.7. Os valores poderão sofrer glosas, retenções ou compensações quando constatadas:

a) inconformidades na execução;

b) aplicação de penalidades;

c) inadimplemento contratual;

d) diferenças apuradas em medições ou auditorias.

14.8. A medição observará, quando previsto, o Instrumento de Medição de Resultados – IMR ou outro mecanismo de avaliação de desempenho, podendo haver redimensionamento proporcional do pagamento conforme o nível de qualidade aferido.

14.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar nem assegura direito a pagamento sem a correspondente solicitação formal e execução do objeto.

14.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto a CONTRATADA estiver em situação irregular perante as condições de habilitação exigidas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.11. Na hipótese de atraso de pagamento imputável exclusivamente à Administração, serão aplicados encargos de atualização financeira na forma prevista no instrumento convocatório ou contrato

**CLÁUSULA 15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas em decorrência desta Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes sujeitará a fornecedora/contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163, especialmente no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Sem prejuízo de medidas administrativas de orientação, advertência ou notificação para correção de falhas formais de menor relevância, poderão ser aplicadas à contratada, conforme o caso, as seguintes sanções administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

I – Multa, nos casos de:

a) atraso injustificado na execução;

b) serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou padrões de qualidade exigidos;





**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



c) recusa injustificada em atender às ordens de serviço formalmente emitidas pela Administração, dentro dos quantitativos registrados;

d) descumprimento de obrigações acessórias previstas no edital, nesta Ata ou nos contratos dela decorrentes.

15.3. A multa poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:

I – moratória, aplicada por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, nos percentuais e limites definidos no edital ou no contrato decorrente;

II – compensatória, aplicada sobre o valor da contratação, da parcela inadimplida ou do dano causado, nos casos de fornecimento irregular, inexecução total ou parcial.

15.4. Sem prejuízo da aplicação de multa, poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções:

I – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos de infração administrativa grave;

II – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da legislação, nos casos de infrações administrativas gravíssimas.

15.5. Consideram-se, entre outras, condutas passíveis de penalização:

I – não execução dos serviços ou execução parcial dos serviços;

II – atraso reiterado ou injustificado na entrega;

III – prestação de serviços defeituosos, vícios ou qualidade inferior à exigida;

IV – recusa injustificada em corrigir irregularidades apontadas pela fiscalização;

V – apresentação de documentação falsa ou prestação de informações inverídicas;

VI – prática de atos que frustrem os objetivos da contratação ou causem prejuízo à Administração.

15.6. A aplicação das sanções observará os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando-se a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da fornecedora, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.7. As multas aplicadas poderão ser:

I - descontadas dos pagamentos devidos pela Administração;

II - cobradas administrativamente; ou

III - cobradas judicialmente, quando necessário.

15.8. A aplicação de sanções não exime a fornecedora da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

15.9. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas e cadastros oficiais competentes, na forma da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA 16 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

16.1. A contratada responde integralmente pela execução dos serviços intermediados, inclusive quanto a falhas, atrasos, cancelamentos, erros de emissão, divergência de valores ou qualquer irregularidade decorrente de sua atuação ou de transportadores por ela selecionados.

16.2. A contratada é responsável:

I. pela veracidade das reservas e emissões;

II. pela regularidade dos operadores utilizados;

III. pelo suporte ao usuário;

IV. pela correção de erros operacionais;

V. pela restituição de valores cobrados indevidamente.

16.3. A responsabilidade da contratada é objetiva quanto aos serviços intermediados.

#### **CLÁUSULA 17 – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS**

17.1. A fornecedora/contratada responsabiliza-se integralmente pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou instrumentos coletivos equivalentes aplicáveis às categorias profissionais abrangidas pela execução do objeto desta Ata e das contratações dela decorrentes.

17.2. A contratada é responsável pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sociais e tributárias, bem como pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva, quando aplicável.

17.3. Compete ainda à contratada observar integralmente as cotas legais e demais obrigações previstas em legislação específica, incluindo aquelas relativas à contratação de aprendizes e pessoas com deficiência, quando exigido pela legislação vigente.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



17.4. A inadimplência da contratada quanto às obrigações previstas nesta cláusula não transfere à Administração Pública qualquer responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação ou restringir a regular execução dos serviços, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA 18 – SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DOCUMENTOS**

18.1. Todos os documentos, dados, arquivos, mídias, bilhetes, dados de passageiros, informações logísticas e documentos operacionais e demais materiais fornecidos ou produzidos em razão da execução contratual são considerados confidenciais, sendo vedada sua reprodução, divulgação, utilização ou compartilhamento para finalidade diversa da execução do objeto.

18.2. A CONTRATADA obriga-se a adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteção das informações, inclusive controle de acesso, rastreabilidade, guarda segura e descarte apropriado de resíduos ou cópias.

18.3. O dever de sigilo estende-se a empregados, prepostos e eventuais subcontratados autorizados, respondendo a CONTRATADA solidariamente por violações praticadas por estes.

18.4. A violação do sigilo sujeitará a CONTRATADA às responsabilidades civil, administrativa e, quando aplicável, penal, sem prejuízo de indenização por perdas e danos e aplicação das sanções contratuais.

18.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

**CLÁUSULA 19 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

19.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, no tratamento de informações eventualmente relacionadas à execução desta Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

19.2. A CONTRATADA compromete-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para a execução do objeto contratado, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e confidencialidade previstos na legislação aplicável.

19.3. É vedado à CONTRATADA divulgar, compartilhar, transferir ou utilizar, para finalidade diversa da execução contratual, quaisquer dados pessoais a que tiver acesso em razão desta Ata ou das contratações dela decorrentes.

19.4. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

19.5. O dever de sigilo e proteção de dados estende-se aos empregados, prepostos e eventuais subcontratados da CONTRATADA, que deverão observar as mesmas obrigações previstas nesta cláusula.

19.6. A violação das disposições desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às responsabilidades administrativas, civis e, quando cabível, penais, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros.

19.7. As obrigações relativas à proteção de dados pessoais permanecerão vigentes mesmo após o término da Ata de Registro de Preços ou das contratações dela decorrentes, enquanto perdurar a existência de dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATADA.

19.8. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados no âmbito desta contratação.

**CLÁUSULA 20 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, constituindo mera expectativa de direito ao fornecedor registrado, condicionada à conveniência e oportunidade administrativa.

20.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar nova licitação ou procedimento de contratação para o mesmo objeto, quando verificar que se mostra mais vantajoso, sem que caiba ao fornecedor registrado qualquer direito à indenização ou compensação.

20.3. Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não gerando garantia de consumo mínimo nem direito adquirido à execução integral.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração conforme a legislação vigente, princípios do direito administrativo, normas editalícias e cláusulas contratuais.

20.5. Permanecem válidas e exigíveis todas as demais obrigações previstas no edital, termo de referência, ata de registro de preços e contrato decorrente, que integram o ajuste para todos os fins.

**CLÁUSULA 21 – DO FORO**



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Benjamin Constant/AM, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser solucionadas na esfera administrativa.

Benjamin Constant/AM, XX de XXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXX  
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR (ES):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....  
NOME DA TESTEMUNHA  
CPF n.º

.....  
NOME DA TESTEMUNHA  
CPF n.º

ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DE ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO**, decorrente de Ata de Registro de Preços, que celebram o MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM e a empresa \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sob o CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, situada na rua XXXXXXXX, Nº XXX – XXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXX, XXX/XX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, fone: (XX) XXXXXXXX, representada pelo senhor XXXXXXXXXXXXX, CPF nº XX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026 – SRP, Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026**, Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2026, regido pela **Lei nº 14.133/2021**, pelas cláusulas abaixo:

**CLÁUSULA 1 – DO OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a XXX, conforme especificações do Termo de Referência.

1.2. A contratação decorre da utilização do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026.

1.3. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- Edital do Pregão
- Termo de Referência



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



- Ata de Registro de Preços
- Proposta da contratada

## **CLÁUSULA 2 – DOS QUANTITATIVOS E DO SALDO DA ATA**

2.1. São contratados os seguintes quantitativos estimados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO NA TAXA DO AGENCIAMENTO (%)
1			R\$	%
VALOR GLOBAL				R\$
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

2.2. Os quantitativos são meramente estimativos, não gerando obrigação de demanda mínima.

2.3. A execução fica limitada ao saldo disponível na ARP, não podendo ultrapassar os quantitativos registrados.

## **CLÁUSULA 3 – REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. A execução dos serviços dar-se-á sob demanda, mediante requisições formais expedidas pelas unidades administrativas autorizadas, observadas as condições, limites e quantitativos registrados na Ata.

3.2. Cada solicitação deverá conter, no mínimo:

- I – identificação da unidade solicitante;
- II – identificação do paciente;
- III – trecho e destino;
- IV – data e horário pretendidos;
- V – condição clínica do paciente;
- VI – necessidade de maca ou mobilidade reduzida;
- VII – grau de urgência;
- VIII – número da nota de empenho ou autorização administrativa;
- IX – demais informações necessárias à execução.

3.3. A contagem dos prazos operacionais terá início no momento do recebimento formal da requisição pela contratada.

3.4. Prazos máximos de atendimento:

SERVIÇO	PRAZO MÁXIMO
Emissão eletiva	até 24 horas
Emissão emergencial	até 2 horas
Remarcação	até 12 horas
Cancelamento	até 24 horas

3.5. A contratada deverá confirmar o recebimento da requisição em até 1 hora.

3.6. O descumprimento reiterado dos prazos operacionais caracterizará falha grave contratual.

3.7. A contratada deverá prestar assessoramento técnico contínuo à Administração, indicando a alternativa operacional mais vantajosa, considerando preço, tempo de deslocamento, segurança e disponibilidade.

3.8. A execução deverá observar integral rastreabilidade das solicitações, desde a requisição até a conclusão do atendimento.

## **CLÁUSULA 4 – QUALIDADE, CONFORMIDADE E SEGURANÇA OPERACIONAL**

4.1. A contratada deverá assegurar que todos os serviços intermediados sejam executados exclusivamente por operadores de transporte aquaviário regularmente autorizados.

4.2. As embarcações utilizadas deverão possuir:

- I – autorização legal para operar;
- II – regularidade perante ANTAQ e Capitania dos Portos;
- III – embarcações devidamente inspecionadas;
- IV – tripulação habilitada;
- V – equipamentos obrigatórios de segurança;
- VI – seguros obrigatórios vigentes;
- VII – regularidade documental perante a Autoridade Marítima competente.

4.3. A utilização de embarcação irregular constitui infração contratual grave.

4.4. A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, comprovação documental da regularidade da embarcação e da operadora selecionada.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



4.5. A contratada responderá perante a Administração pelas falhas decorrentes de sua atuação operacional, de sua intermediação ou de irregularidades atribuíveis às operadoras utilizadas.

**CLÁUSULA 5 – DO PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

5.1. Os preços aplicáveis são os registrados na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026.

5.2. O percentual de desconto ofertado incidirá exclusivamente sobre as tarifas oficiais praticadas pelas operadoras fluviais.

5.3. Fica vedada a cobrança de taxas administrativas, sobretaxas ocultas ou quaisquer acréscimos não previstos contratualmente.

5.4. Os preços poderão ser revistos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021

**CLÁUSULA 6 – DO VALOR DO CONTRATO**

6.1. O valor estimado do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, condicionado à execução efetiva dos serviços.

**CLÁUSULA 7 – DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados e comprovados.

7.2. A liquidação da despesa ficará condicionada à apresentação simultânea dos seguintes documentos:

I – relatório consolidado das passagens emitidas;

II – comprovantes de embarque;

III – demonstrativo do desconto aplicado;

IV – Nota Fiscal/Fatura;

V – certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas.

7.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o atesto definitivo.

7.4. Poderão ocorrer glosas totais ou parciais em razão de:

I – divergência de valores;

II – descumprimento de SLA;

III – erros de emissão;

IV – ausência de documentação comprobatória;

V – execução parcial;

VI – falhas operacionais.

7.5. A existência de glosa não impede a aplicação de sanções administrativas.

**CLÁUSULA 8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Constituem obrigações da contratada, além das previstas no edital, TR e ARP:

I – atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos;

II – aplicar integralmente o percentual de desconto ofertado;

III – manter controle operacional que assegure rastreabilidade das solicitações;

IV – garantir regularidade jurídica e operacional das embarcações utilizadas;

V – prestar suporte técnico e operacional contínuo;

VI – disponibilizar atendimento emergencial;

VII – manter sigilo das informações dos pacientes;

VIII – ressarcir valores cobrados indevidamente;

IX – manter preposto formal durante toda a vigência contratual;

X – manter todas as condições de habilitação;

XI – comunicar imediatamente qualquer fato que comprometa a execução;

XII – corrigir falhas sem custo adicional à Administração.

**CLÁUSULA 9 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. Constituem obrigações da Administração:

I – emitir solicitações formais;

II – prestar informações necessárias à execução;

III – fiscalizar a execução contratual;

IV – atestar os serviços executados;

V – efetuar os pagamentos devidos;

VI – comunicar irregularidades;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



VII – designar gestor e fiscais do contrato.

**CLÁUSULA 10 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021:

Gestor do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Fiscal Técnico do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 11 – DAS SANÇÕES**

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163, especialmente no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Sem prejuízo de medidas administrativas de orientação ou notificação, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. A multa poderá ser aplicada, entre outras hipóteses, nos casos de:

I – atraso injustificado na execução dos serviços;

II – serviços em desacordo com as especificações contratuais;

III – recusa injustificada em atender às ordens de serviços formalmente emitidas;

IV – inexecução parcial ou total do contrato.

11.4. A multa poderá ser:

I – moratória, aplicada por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, nos percentuais definidos no edital ou neste contrato;

II – compensatória, aplicada sobre o valor do fornecimento ou da parcela inadimplida, nos casos de inexecução total ou parcial.

11.5. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observados os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e gradação previstos na Lei nº 14.133/2021.

11.6. A aplicação de sanções não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

**CLÁUSULA 12 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 13 – DA RESCISÃO**

13.1. Aplicam-se as hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 14 – DA VIGÊNCIA**

14.1. O prazo de vigência será de \_\_\_\_ meses, contado da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada vantajosidade e mantidas as condições de habilitação.

14.2. A assinatura deverá ocorrer dentro da vigência da Ata de Registro de Preços que originou a contratação.



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



**CLÁUSULA 15 – DA RESPONSABILIDADE OPERACIONAL**

15.1. A contratada responde integralmente pela execução dos serviços intermediados, inclusive quanto a falhas, atrasos, cancelamentos, prejuízos, danos, perdas ou quaisquer ocorrências decorrentes de operadores por ela selecionados, independentemente de culpa.

**CLÁUSULA 16 – DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL**

16.1. A contratada deverá disponibilizar atendimento prioritário e imediato às demandas classificadas como urgentes ou emergenciais pela Administração.

16.2. O atendimento emergencial deverá ocorrer inclusive fora do horário comercial, quando necessário ao interesse público.

**CLÁUSULA 17 – DO SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1. Todos os dados, documentos e informações relativos aos pacientes deverão ser tratados com confidencialidade, observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

17.2. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção das informações.

**CLÁUSULA 18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: \_\_\_\_\_

Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_

Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_

Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 19 – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E AMBIENTAL**

19.1. A contratada responderá pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação, nos termos da legislação vigente.

19.2. A contratada deverá observar as normas ambientais, de segurança da navegação e de proteção à integridade física dos passageiros.

**CLÁUSULA 20 – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Benjamin Constant/AM.

Benjamin Constant/AM, XX de XXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX  
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR (ES):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....  
NOME DA TESTEMUNHA

CPF n.º

.....  
NOME DA TESTEMUNHA



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CPF n.º

**ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL E ATENDIMENTO CONTÍNUO**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM  
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que possui capacidade operacional e estrutura técnica aptas à execução dos serviços objeto do presente certame, dispondo de meios administrativos e logísticos para:

- realização de reservas, emissões, remarcações e cancelamentos de passagens fluviais intermunicipais;
- atendimento contínuo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde;
- suporte operacional em regime de plantão, inclusive fora do horário comercial, finais de semana e feriados;
- atendimento de demandas urgentes e emergenciais relacionadas ao Tratamento Fora do Domicílio – TFD.

DECLARA, ainda, que possui condições de atender às exigências previstas no Termo de Referência e no Edital, responsabilizando-se integralmente pela adequada execução contratual.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

Nome do representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

Cargo/Função

Assinatura

**ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARCERIA OPERACIONAL COM OPERADORAS FLUVIAIS**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM  
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que possui canais de reserva, atendimento e relacionamento operacional junto a operadoras de transporte fluvial regular que atuam na calha do Alto Solimões, especialmente nos trechos utilizados pelo Tratamento Fora do Domicílio – TFD da Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/AM.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



DECLARA, ainda, possuir capacidade de operacionalizar reservas e emissões de passagens em embarcações do tipo Lancha Rápida (Modal Expresso), inclusive em situações emergenciais, assegurando atendimento compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

Nome do representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

Cargo/Função

Assinatura

**ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DAS EMBARCAÇÕES**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM  
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que todos os serviços de transporte fluvial vinculados à execução do objeto serão realizados exclusivamente por embarcações devidamente regularizadas perante os órgãos competentes, especialmente:

- Capitania dos Portos / Marinha do Brasil;
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

DECLARA, ainda, que as embarcações utilizadas possuirão:

- documentação regular de navegabilidade;
- certificados obrigatórios vigentes;
- equipamentos de segurança exigidos pela legislação;
- seguro obrigatório aplicável à atividade.

Compromete-se, também, a manter tais condições durante toda a execução contratual.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

Nome do representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

Cargo/Função

Assinatura

**ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPORTE AO EMBARQUE E TRANSPORTE DE PACIENTES**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que garantirá suporte operacional adequado ao embarque, desembarque e acomodação de pacientes acamados, em macas, com mobilidade reduzida ou em estado crítico, observando as exigências constantes no Termo de Referência e na legislação aplicável.

DECLARA, ainda, que atuará em conformidade com:

- normas da Autoridade Marítima;
- normas de segurança do trabalho;
- normas de acessibilidade;
- normas de proteção e integridade física dos pacientes transportados.

Compromete-se a exigir das operadoras parceiras apoio operacional compatível com a natureza da remoção assistida realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

Nome do representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

Cargo/Função

Assinatura

**ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA REGULARIDADE DA EMBARCAÇÃO (QUANDO A LICITANTE FOR PROPRIETÁRIA)**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT/AM  
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Ref.: Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, na qualidade de proprietária da(s) embarcação(ões) utilizada(s) na execução do objeto licitado, DECLARA que manterá, durante toda a vigência contratual:

- regularidade da embarcação perante a Marinha do Brasil e Capitania dos Portos;
- certificados obrigatórios válidos e vigentes;
- tripulação devidamente habilitada;
- seguros obrigatórios exigidos pela legislação;
- condições adequadas de segurança e navegabilidade.

DECLARA, ainda, que se responsabiliza integralmente por quaisquer irregularidades que possam comprometer a segurança da navegação, dos passageiros ou a adequada execução contratual.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



Local e data.

Nome do representante legal

CPF nº \_\_\_\_\_

Cargo/Função

Assinatura